



Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

Reflexões sobre migração partidária dos políticos na Tanzânia
(2015-2020)

Joshua Sospeter Kalile

Supervisor: Sérgio Chichava, PhD

Maputo

2021

Joshua Sospeter Kalile

**Reflexões sobre migração partidária dos políticos na Tanzânia
(2015-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Supervisor: Sérgio Chichava, PhD

**Maputo
2021**

Joshua Sospeter Kalile

**Reflexões sobre migração partidária dos políticos na
Tanzania (2015-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Data de Aprovação: 01 / 10 / 2021

Mesa de Júri:

O Presidente: [Assinatura]
(Universidade Eduardo Mondlane)

O Supervisor: [Assinatura]
(Universidade Eduardo Mondlane)

O Oponente: [Assinatura]
(Universidade Eduardo Mondlane)

Maputo

2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que a presente monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico e que o mesmo constitui resultado da minha investigação pessoal, estando citadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas na sua elaboração.

O licenciando:

Joshua Sospeter Kalile

Maputo, _____ de _____ de 2021

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais Sospeter e Mariam;

Aos meus irmãos Rose, Naomi, Neema e Yohana;

Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram pelos comentários e conselhos para que pudesse chegar a este momento de terminar este trabalho.

Ao meu supervisor, Prof. Doutor Sérgio Chichava, pela orientação, dedicação e paciência durante a elaboração do trabalho assim também para todos que participaram nas entrevistas bem como na disponibilização dos documentos relevantes para a elaboração desse trabalho.

A todos meus docentes que me deram aulas durante todo tempo da minha formação nesse curso de ciência política, muito obrigado porque sem eles a minha formação seria nada.

Aos meus familiares pelos incentivos, motivações, orações e apoio incondicional, isso incluindo aos meus pais, irmãos e pastores.

Por último, aos meus colegas e amigos e todos que fizeram parte da minha formação em todos momentos.

EPÍGRAFE

A migração permanente faz com que a composição partidária sofra profundas alteração ao longo da legislatura.

NICOLAU, Jairo

(Representantes de quem? Os (des) caminhos do seu voto da urna à camara dos deputados,
2017)

RESUMO

A migração partidária dos políticos da Tanzânia não é um assunto recente porque já havia acontecido mesmo antes de introdução do multipartidarismo em 1992 em Tanzânia, mas nesse período de 2015-2020 do governo do Presidente Magufuli chamou muita atenção e tem-se tornado o objecto de uma literatura em expansão dentro da ciência política assim também noutras áreas de saber devido ao maior número dos migrantes dos partidos da oposição para o partido incumbente de CCM assim também de CCM para os partidos de oposição. Então, este trabalho pretende analisar as migrações partidárias dos políticos e seus efeitos no sistema político em Tanzânia entre 2015 e 2020, na realização desse trabalho cingiu-se nas teorias Institucionalismo Histórico, Escolha Racional e Sociológico assim também metodologia qualitativa. Concluiu-se que esta questão de migração partidária é uma prática que vem ganhando espaço na arena política tanzaniana, de tal modo que questões de interesse pessoal aliadas aos conflitos e falta de democracia intrapartidária continuarão a influenciar a migração partidária, seja do CCM para a oposição ou da oposição ao CCM.

Palavras-chave: *Fidelidade Partidária, Migração Partidária, Democracia, Tanzânia.*

ABSTRACT

Party migration of Tanzanian politicians is not a recent issue because it had already happened even before the introduction of the multi-party system in 1992 in Tanzania, but in this period of 2015-2020 President Magufuli's government drew a lot of attention and has becoming the object of an expanding literature within political science as well as in other areas of knowledge due to the greater number of migrants from opposition parties to the incumbent party of CCM as well as from CCM to opposition parties. So, this research intends to analyse the partisan migrations of politicians and their effects on the political system in Tanzania between 2015 and 2020. In carrying out this work, it was limited to Historical Institutionalism, Rational Choice and Sociological theories as well as qualitative methodology. We reached the conclusion that the partisan migration has been conquering space in the Tanzanian political sphere, in one way that individual interests' issues combined with internal conflicts and the lack of intra-partisan democracy will continue influencing the partisan migration either from CCM to opposition or from opposition to CCM.

Keywords: *Party Loyalty, Party Migration, Democracy, Tanzania.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT-Wazalendo- Aliança para Mudança e Transparência

ADA-TADEA- Aliança Democrática Africana

ADC- Aliança para Mudança Democrática

ASP- Partido Afro Shirazi

CCM – Partido Revolucionário

CHADEMA – Partido da Democracia e Desenvolvimento

CUF - A União da Cívica

FMI- Fundo Monetário Internacional.

NCCR - Convenção Nacional para Construção e Reforma

NEC - Comissão Eleitoral Nacional

TANU- União Nacional Africana de Tanganica

TLP - Partido dos Trabalhadores da Tanzânia

UMD- União para Democracia Multipartidária

Sumário

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
1. Introdução	1
1.1. Problema de pesquisa	3
1.1.1. Hipóteses.....	4
1.2. Objectivos.....	4
1.2.1. Geral.....	4
1.2.2. Específicos	4
1.3. Justificativa.....	5
2. Revisão da literatura	6
2.1. Debate Conceptual.....	6
2.1.1. Fidelidade partidária.....	6
2.1.2. Coesão e disciplina partidárias	7
2.1.3. Democracia intrapartidária	9
2.1.3.1. Características da democracia intrapartidária	10
2.1.3.2. Importância da democracia intrapartidária	10
2.1.4. Migração partidária.....	12
2.1.4.1. Por que mudar de partido? Motivações para mudança de partido.....	15
2.1.4.2. Factores Institucionais da Migração Partidária	18
2.1.4.3. Implicações da migração partidária	19
2.2. Enquadramento teórico.....	21
2.2.1. Institucionalismo Histórico.....	21
2.2.2. Institucionalismo da Escolha Racional.....	22
2.3. Estudos sobre migração partidária.....	25
3. Metodologia	28
3.1. Limitações da pesquisa	30
4. Reflexões sobre Migração Partidária dos Políticos na Tanzânia (2015-2020)	31
4.1. A trajetória histórica da transição do monopartidarismo para multipartidarismo na Tanzânia	31
4.2. Partidos e legisladores na Tanzânia.....	35
4.2.1. Os partidos que sofreram com migração partidária entre 2015 e 2020.....	38

4.3.	Análise da migração partidária e seus efeitos na Tanzânia	42
4.3.1.	Efeitos da migração partidária no contexto tanzaniano.....	49
5.	Conclusão.....	55
6.	Referências Bibliográficas	57

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

1. Introdução

A presente pesquisa, cujo tema é “**Reflexões sobre migração partidária dos políticos na Tanzânia (2015-2020)**”, no âmbito da licenciatura em Ciência Política, enquadra-se na área científica denominada processo político, a qual abrange os temas relacionados à cultura política, eleições, elites, partidos e grupos de pressão, e busca analisar as razões, causas, motivos, efeitos e implicações de migração partidária para os partidos e democracia em geral.

Os partidos políticos são fundamentais para o funcionamento das democracias modernas. Os políticos constroem suas carreiras dentro dos partidos, os partidos expressam informação aos eleitores sobre as preferências do candidato, e os partidos fornecem descrição que identifica os candidatos aos eleitores. Quando os eleitores escolhem candidatos para o cargo, eles delegam a tomada de decisão sobre política pública para os partidos e para os representantes partidários. As eleições regulares dão aos eleitores a oportunidade de manter os partidos responsáveis e prestarem contas pelas decisões e resultados políticos. (HELLER & MERSHON, 2009: pag.3).

No entanto, a migração partidária, embora não seja um fenômeno generalizado nas legislaturas, recentemente tem-se tornado o objecto de uma literatura em expansão dentro da ciência política. A literatura enfatizou implicações teóricas normativas e substanciais de migração partidária, uma vez que a migração partidária lida com prestação de contas, responsabilidade e representação, providencia uma nova e poderosa vantagem sobre disciplina partidária e sobre dinâmicas de sistemas partidários, importa porque, pelo menos, altera barganha política na legislatura e composição do governo. (VIRGILIO, GIANNETTI & PINTO, 2012:29)

No entanto, neste trabalho, buscamos explorar a ligação entre sistemas partidários e decisões de filiação partidária dos políticos, avaliando assim as motivações, taxas e consequências eleitorais da migração/mudança partidária em Tanzânia. Desde o estabelecimento do sistema multipartidário há mais de duas décadas, vários partidos políticos foram formados, todos lutando para levar as rédeas ao governo. A reintrodução do sistema trouxe uma série de benefícios, como democracia ampliada e boa governação fortalecida¹.

¹<https://www.thecitizen.co.tz/magazine/politicalreforms/Has-multipartism-helped-Tanzania-/1843776-2290168-lg7vcn/index.html>

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Com esta eclosão de partidos políticos, resultante da redemocratização, abre-se também espaço para que os partidários tenham oportunidade de escolher qual partido a aderirem, através das liberdades concedidas na constituição e na lei dos partidos, o que suscitou o número crescente de migração partidária em Tanzânia. É desse modo que decidimos introduzir o presente trabalho. Assim, tomando por referência as recentes eleições gerais (2015 e 2020). Esta pesquisa pretende formular as bases de uma nova linha de investigação sobre as relações entre o sistema eleitoral e o sistema partidário em Tanzânia, onde buscamos em primeiro lugar compreender as motivações das saídas dos deputados de um partido para outro, e as mais-valias que esses partidos granjeiam ao receberem os migrantes.

HELLER e MERSHON (2009) fornecem algumas abordagens teóricas para explicar a migração partidária, a saber: as motivações individuais dos migrantes e os contextos institucionais e estruturais. Em relação ao contexto institucional/estrutural, a migração partidária resulta dos sistemas partidários que não estão consolidados ou os partidos são relativamente fracos, como o caso de alguns partidos da Tanzânia que não conseguem se posicionar permanentemente, esses partidos são caracterizados pela falta de democracia intrapartidária, e tem forte personalismo, que indicam baixo grau de institucionalização. As motivações individuais, os deputados migram para outros partidos para ganhar cargos e privilégios parlamentares, para aumentar a probabilidade de alcançar resultados políticos ou ganhar vantagem de reeleição.

Em termos de organização o presente trabalho vai obedecer a seguinte estrutura: O primeiro apresentamos as partes introdutórias apresentando o problema de pesquisa, objectivos e justificação do trabalho. O segundo apresentamos a revisão da literatura na qual incluem o quadro conceptual e teórico, O terceiro momento é referente a metodologia no presente trabalho. No quarto momento, iremo-nos cingir nas reflexões sobre Migração Partidária dos Políticos na Tanzânia (2015-2020), em que vamos debruçar sobre o processo de democratização, partidos e legisladores na Tanzânia e por fim analisar as migrações partidárias e seus efeitos no contexto Tanzaniano, apresentaremos a conclusão do trabalho.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

1.1. Problema de pesquisa

Na corrida para as eleições gerais de 2015, houve um grande número de políticos que migraram de um partido para o outro em Tanzânia, como a migração dos políticos dos partidos da oposição para o CCM, que levantou um grande debate em Tanzânia, e gerou posições, entre elas, temos a citar os seguintes grupos:

1º Grupo: acredita que os políticos foram comprados, devido ao rápido recebimento de dinheiro, embora ainda não foi confirmado oficialmente;

2º Grupo: este movimento é interpretado como sendo o próprio presidente do CCM que deseja que os vencedores sejam declarados pelo seu partido, e este grupo acredita que o Presidente tem razão;

3º Grupo: considera-se como sendo um movimento político que existe dentro dos partidos, desde o estabelecimento do sistema multipartidário, que cita Augustine Mrema (ex-ministro do Interior e vice-primeiro-ministro), que deixou o CCM e ingressou no partido NCCR em 1995, e Edward Lowassa e Fredrick Sumaye que deixaram o CCM para CHADEMA, alguns meses antes das eleições gerais de 2015;

4º Grupo: visa os conflitos existentes dentro dos partidos da oposição, que motivam alguns políticos a se migrarem, por notarem a divisão das duas facções do principal partido da oposição, o grupo dos antigos membros de CHADEMA (os locais que se sentem marginalizados), e os novos ingressos chamados de academia (um grupo de políticos que migraram para o partido na corrida para as eleições gerais de 2015) liderados por Edward Lowassa, que estão no controlo do partido.

Todavia, o partido no poder é diferente da oposição porque há muitas oportunidades que estão sendo caçadas pelos políticos, ou seja, eles não podem parar de se mover para lá e insistem em apoiar o presidente Magufuli como seu dado audível. Frequentemente, quando os políticos concordam em formar qualquer aliança política, o principal motivo é o interesse. Se esses interesses faltam ou outros são privados, excluídos ou oprimidos, os conflitos devem surgir dentro de um partido ou aliança política. Há políticos que saíram do CCM para ir para a oposição por uma questão de oportunidade, como eles não estavam lá viraram as costas para o lugar de onde vieram em busca de interesses².

²; <https://www.bbc.com/swahili/habari-45404856>, acesso aos 10 de Dezembro de 2020.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Desse modo, pretendemos saber, *O que faz os políticos migrarem de um partido para outro em Tanzânia?*

1.1.1. Hipóteses

- Na Tanzânia, os políticos migram de um partido para outro, devido ao ato de serem comprados assim também gozar o direito estabelecido na constituição de se juntar em qualquer associação política.

1.2. Objectivos

1.2.1. Geral

- Analisar as migrações partidárias dos políticos e seus efeitos no sistema político em Tanzânia entre 2015 e 2020;

1.2.2. Específicos

- Apresentar um debate teórico em torno da migração partidária tendo como base diferentes autores;
- Mostrar a trajetória histórica da transição do monopartidariíssimo para multipartidarismo.
- Descrever os partidos e legisladores da Tanzânia.
- Identificar os partidos que sofreram com migração partidária em Tanzânia em 2015 - 2020.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

1.3. Justificativa

A migração partidária é um fenômeno relevante para estudo porque, além de influir na composição partidária, no desempenho eleitoral e na representatividade do sistema partidário, também é vista de forma negativa pela imprensa, pela população e pelos próprios parlamentares no campo democrático, que a incluem nas propostas de reforma do sistema político Tanzaniano.

Todavia, há que destacar que a migração partidária efetivada pelos filiados/deputados acarreta um grande enfraquecimento das instituições partidárias, além de alterar, na maioria das vezes, a representatividade partidária perante os poderes Legislativo e Executivo, causando, assim, danos graves ao princípio da representatividade e ao próprio regime democrático.³ No entanto, a migração partidária pode trazer respostas para questões muito importantes, tais como o entendimento acerca da posição real ocupada pelos partidos políticos no sistema político.

E o facto de estudarmos Tanzânia é por causa de eu ser tanzaniano onde vivi e acompanhei essa situação comparando dos tempos anteriores onde foi visto que em 2015-2021 situação intensificou-se muito acerca de migrações partidárias dos deputados, a maioria da oposição para o partido incumbente, e outros do partido incumbente para oposição, e também porque um estudo como esse no contexto africano é muito raro, mas o fenómeno já há algum tempo que se tem tornado habitual em Tanzânia. Portanto, este trabalho vai analisar os efeitos de migração partidária para o sistema partidário assim também comportamento eleitoral.

O maior desafio da democracia de Tanzânia hoje é a falta de partidos da oposição viáveis, uma vez que eles sofrem de desunião, falta de capacidade de organizar e mobilizar, políticas alternativas e inovadoras, e dificuldades de estabelecer sua presença num sistema político que é dominado pelo partido incumbente CCM. (EISA, 2004).

³Esta é um dos graves problemas detectados por Accioly (2009) em sua monografia intitulada “Perda de mandato electivo por infidelidade partidária”. s

2. Revisão da literatura

A migração partidária está estritamente relacionada aos termos como fidelidade partidária, coesão e disciplina partidária e democracia intrapartidária. Deste modo, neste capítulo buscamos discutir em torno destes conceitos, apresentando diferentes visões dos autores, ligação entre os conceitos e sua importância na temática em discussão. Dado que para a compreensão da migração partidária e como pode ser um problema ou solução para o processo democrático tanzaniano, precisamos compreender os conceitos em alusão.

2.1. Debate Conceptual

2.1.1. Fidelidade partidária

A questão da fidelidade partidária é muito crucial discutir neste trabalho pela sua relevância ao tema. Dado que a fidelidade partidária impede que os políticos troquem de partidos na véspera das eleições, e confundir os eleitores no momento de decidir sobre seus representantes.

Para discutir em torno deste termo, importa revisitar a etimologia da palavra “fidelidade”, que segundo SILVA (2014), deriva do latim “*fidelitas*” (fidelidade, lealdade), que significa cumprimento ou execução de todos os deveres atribuídos à pessoa, em virtude de contrato ou de qualquer outra obrigação. Deste modo, o princípio da fidelidade partidária impõe ao titular de um cargo electivo que restrinja sua actuação aos limites do programa partidário, cuja base reside nas aspirações sociais que o partido se propõe a representar (PORTELA, 2017; p. 2). No entanto, a Fidelidade partidária descreve a situação na qual o parlamentar permanece filiado à legenda pela qual foi eleito durante todo o exercício do mandato. (SCHMITT, 1999; pag.128)

Em termos jurídicos, fidelidade partidária trata-se o conjunto de medidas normativas que visam a assegurar a disciplina partidária e a vinculação do representante eleito ao partido e ao seu programa de atuação. (SILVA, 2014). Neste contexto, MACIEL (2004) define fidelidade partidária como sendo a obrigação dos representantes políticos de não deixarem o partido pelo qual foram eleitos, ou de não se oporem às diretrizes fixadas pelos órgãos da agremiação partidária.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

A fidelidade partidária, como já foi reiterado, é muito importante no que concerne a temática de migração partidária. Como reitera RIBEIRO (2008) em seu artigo “Fidelidade Partidária: aspecto indispensável ao fortalecimento das instituições políticas brasileiras”,

O sistema de fidelidade partidária estabelece apenas um único impedimento à troca de partidos às vésperas das eleições, na medida em que para concorrer ao cargo público, o candidato deverá necessariamente estar filiado a um partido por um lapso temporal de pelo menos um ano. Não só, a infidelidade partidária verifica-se não apenas quando o candidato eleito se desliga do partido que o elegeu, mas também pela desobediência aos princípios doutrinários e programáticos, às normas estatutárias e às diretrizes estabelecidas pelo partido como fundamentais. (RIBEIRO, 2008; p.119).

Para consubstanciar estes argumentos, ACCIOLY (2009; pág.21) afirma que por muitos anos ocorreu uma valorização do candidato em detrimento do partido, situação essa que facilitou a migração partidária, muitas vezes com finalidade meramente eleitoral ou pessoal, em face da ausência de compromisso com os programas partidários. Por isso que, para Ribeiro (2008; pág. 122), com a instituição da fidelidade partidária, os políticos terão interesse em consolidar os partidos aos quais eles pertencem, conduzindo assim para uma recuperação da imagem do poder legislativo e ao conseqüente fortalecimento da democracia.

Deste modo, ROMA (2007; pág. 354) afirma que os parlamentares leais ou desertores acatam, no plenário, os encaminhamentos de voto do líder e expressam, nas sondagens, ideias compatíveis com a agenda do partido. Os dois grupos cumprem as obrigações assumidas com a sua legenda.

Na perspectiva de SCHMITT (1999), a falta de fidelidade partidária leva a migração partidária, e a consequência disso tem a ver com a difusão dos partidos de aluguel, legendas com mínima expressão eleitoral que serviram como palanque informal para obrigar dissidentes dos partidos tradicionais.

Contudo, a fidelidade partidária refere-se a partilha entre os partidários da ideologia do partido e dos programas e agendas do partido, ou seja, um acto de o individuo alinhar-se, política e intelectualmente, a um curso de acção do partido que representa.

2.1.2. Coesão e disciplina partidárias

A coesão e disciplina partidárias são conceitos muito importantes na questão da fidelidade ou infidelidade partidária. Uma vez que, quando há coesão partidária, significa que os partidários estão em concordância quanto aos princípios do partido. OZBUDUN (1970) apud

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

BOWLER, FARREL e KATZ (1999:4) define coesão como a extensão a qual membros de um grupo podem ser observados a trabalhar juntos por objetivos do grupo. Os autores dividem a disciplina partidária em duas partes: primeiro, que os seguidores regularmente aceitam e agem sob comandos do líder ou dos líderes; e segundo, que o líder tem formas e meios de induzir membros desobedientes para aceitarem e agir sob comandos.

De acordo BOWLER, FARREL e KATZ (1999: pag.4-5), com essas definições, sempre que observamos membros de legislaturas votarem como um bloco ou agirem em união, isso pode ser porque os membros concordam um com outro, ou porque eles estão a ser obrigados a agir de acordo um com outro, apesar das suas preferências pessoais. Todavia, os dois conceitos estão relacionados, uma vez que a disciplina é necessária, quando a coesão é baixa, e não é necessária nas suas formas mais coercivas, quando a coesão é alta.

No entanto, HELLER e MERSHON (2009; pág. 37) enfatizam que a coesão partidária fornece informações aos eleitores sobre os candidatos, mas a quantidade de informação que eles possam transmitir depende em parte da unidade partidária. Quando um candidato apoia o estatuto de um dado partido, a legenda partidária informa aos eleitores como o candidato é provável para votar. Sem partidos coesos, a sobrevivência do governo nos sistemas parlamentares é ameaçada, porque os poderes executivo e legislativo são misturados, ao passo que em sistemas separados, as bases de apoio legislativo dos presidentes tornam-se menos estáveis. (OWENS, 2003; pág. 2)

Todavia, HELLER e MERSHON (2009; pág. 38) afirmam que a disciplina partidária pode ser uma ameaça exercida pelos líderes partidários que possuem autoridade para impedir as ambições individuais dos políticos, dado que elas mantem o cargo, influenciam na formulação de políticas e avançam suas carreiras políticas. Ou seja, os líderes partidários buscam maximizar a integridade da marca do partido, influência partidária na formação da coalizão e influência partidária na formulação das políticas públicas e eles usam a disciplina para atingir esses fins.

Não obstante, há diferença entre coesão e disciplina. Segundo TSEBELIS (1997:103) citado por MELO (2000), a coesão refere-se à diferenciação de posições políticas dentro de um partido antes que se proceda à discussão e votação da posição no interior do partido, ao passo que, disciplina, por sua vez, diz respeito à capacidade do partido para controlar os votos de seus membros no parlamento.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Em síntese, podemos reter que a disciplina partidária se trata de códigos de conduta estabelecidos pelos líderes partidários para controlar o comportamento dos seus membros integrantes, ao passo que, a coesão partidária refere-se ao vínculo entre os membros de um partido na busca pelo alcance dos objectivos, e a falta de coesão torna-se ameaça a sobrevivência do governo.

2.1.3. Democracia intrapartidária

Em muitos casos, os políticos migrantes enfatizam a falta de democracia intrapartidária como um dos maiores motivos da sua migração, uma vez que, os partidos não têm uma estrutura de gestão democrática para condução das suas actividades. Desde modo, é importante falar sobre a democracia intrapartidária porque, a falta de democracia interna é um maior factor em qualquer decisão relacionada com a dissolução de partidos. No caso de Tanzânia, muitos políticos apontam para conflitos internos em seus respectivos partidos resultantes da falta de democracia intrapartidária como motivos da sua migração partidária.

A democracia intrapartidária tem sido considerada um aspeto marginal para o funcionamento dos regimes democráticos. Tradicionalmente, os partidos são considerados actores essenciais para o funcionamento da democracia enquanto desempenham uma multiplicidade de funções, assim, seria legítimo que os partidos adotassem critérios de inclusão, transparência e participação. (LISI, 2015; pag.165)

No entanto, tendo em conta estas funções que configuram a necessidade e importância dos partidos políticos para pilotar o processo democrático, MAIYO (2010; pág. 3) define democracia intrapartidária como sendo a extensão a qual as estruturas e processos de tomada de decisão dos partidos políticos proporcionam oportunidades para cidadãos individuais influenciarem as escolhas que os partidos oferecem aos eleitores.

Deste modo, a democracia intrapartidária pode ser considerada como um processo que descreve um conjunto de métodos para incluir membros do partido na deliberação e tomada de decisão intrapartidária. Desse modo, para LOTSHWAO (2009; pag.903), a democracia intrapartidária enfatiza a necessidade da participação pela adesão ao partido e baixa estrutura partidária nos processos de tomada de decisão do partido. A participação na tomada de decisão permite a seleção de líderes mais capazes e adopção de políticas responsivas, assim como o desenvolvimento de uma cultura democrática.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

2.1.3.1. Características da democracia intrapartidária

Uma forma de compreender a democracia intrapartidária é por meio da descrição dos elementos constitutivos que caracterizam a mesma. Assim, a seguir passamos a descrever as principais características da democracia intrapartidária, o que vai nos permitir avaliar se os partidos africanos, no geral, e tanzanianos em particular são actuais sob procedimentos democráticos internamente.

De acordo com MERSEL (2006), existem alguns elementos que caracterizam a democracia interna do partido, a saber:

- A habilidade dos membros partidários de eleger a liderança do partido, incluindo a sua habilidade de eleger os nomeados do partido para cargos públicos;
- Representação igual e proporcional das minorias intrapartidárias e a regra maioritária do voto;
- A capacidade dos membros de influenciar a plataforma e agenda do partido;
- Protecção dos direitos básicos dos membros do partido, incluindo o direito de não ser expulso sem um procedimento justo;
- O direito à informação e transparência da gestão do partido, especialmente *accountability* fiscal;
- Liberdade de expressão e associação dentro do partido, especialmente em relação a formação de facções;
- Provisão para revisão judicial independente da democracia interna do partido.

No entanto, para MAIYO (2008; pág. 21), a natureza das sociedades africanas e a pobre institucionalização dos partidos políticos podem ser avançadas como argumentos-chave contra a democracia intrapartidária. A ameaça da discórdia interna, disputas de liderança, divisão do partido e violência aberta apresentam verdadeiros desafios para a democracia intrapartidária em Africa. Esses factores enfraquecem os partidos políticos africanos instáveis, comprometem sua habilidade de seleccionar candidatos credíveis, competem nas eleições e governam efetivamente e em alguns casos leva ao total colapso de partidos políticos.

2.1.3.2. Importância da democracia intrapartidária

No que concerne ao regime democrático há necessidade de os partidos políticos como pilares do funcionamento da democracia representativa seguirem os procedimentos que vigoram em

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

um regime democrático. Esses procedimentos são de grande importância, não só para o regime, mas também para os próprios partidos, assim a seguir passamos a apresentar os motivos que tornam a democracia intrapartidária importante.

De acordo com MAIYO (2010), a democracia intrapartidária é muito importante dado que:

- Encoraja a igualdade política, criando um equilíbrio na selecção do candidato e desenvolvimento político dentro do partido;
- Garante o controlo popular do governo, estendendo as normas democráticas para organizações partidárias, tais como transparência e responsabilização;
- Melhora a qualidade do debate público, impulsionando práticas inclusivas e deliberativas dentro do partido.

Todavia, LISI (2015; pág. 165) destaca três motivos que tornam a democracia intrapartidária importante, que são:

- A maior influência dos cidadãos dentro dos partidos teria efeitos positivos para a dimensão participativa dos regimes democráticos, aumentando a consciência cívica dos cidadãos e as formas de mobilização;
- A democracia intrapartidária assegura também uma maior deliberação interna;
- Um maior nível de democracia intrapartidária contribui para evitar a cartelização entre os principais partidos, tornando as diferenças programáticas mais claras e incentivando uma responsabilização mais eficaz.

No contexto africano, a adopção de uma democracia interna nos partidos políticos é muito difícil, devido ao seu modelo organizacional hierárquico de cima para baixo, em que o processo de tomada de decisão é altamente centralizado, herdado do legado colonial, assim como as suas características de clientelismo, patrimonialíssimo. Assim, MAIYO (2010) sugere que para que haja democracia intrapartidária em Africa deve ter-se em conta as motivações individuais e os aspectos funcionais dos partidos políticos.

Neste contexto, ELISCHER (2008) em seu artigo *“Do African parties contribute to democracy? Some findings from Kenya, Ghana and Nigeria”*, discute as dinâmicas dos partidos políticos africanos e suas contribuições para a democracia, com base na tipologia de Diamond e Guther dos partidos políticos pluralistas e proto hegemónicos, em que segundo os autores, Os partidos proto-hegemónicos buscam substituir a sociedade pluralista existente por uma que adequa-se aos seus objectivos, ao passo que, o tipo pluralista aceita o ganho das

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

eleições livres e justas como o único meio legítimo de alcançar seus objectivos. Enquanto, os partidos proto hegemónicos tentam prevalecer sobre os grupos da oposição dentro do partido, excluindo-os do acesso aos cargos de liderança, as elites pluralistas visam uma hegemonia interna com meios democráticos e por desistir de excluir grupos alternativos de gerir o partido.

O autor conclui afirmando que os partidos clientelistas e étnicos não estão dispostos a agir por regras democráticas, ao passo que os partidos com o mínimo de conteúdo ideológico estão. Dado o papel intermediário dos partidos entre Estado e sociedade, a consolidação democrática parece menos provável nos Estados nos quais os partidos fracassam de incluir ideias programáticas. (ELISCHER, 2008)

Em síntese, a democracia intrapartidária é necessária, apesar de alguns a considerarem uma ameaça ao funcionamento dos partidos, pois ela impulsiona a participação dentro do partido, e assim aumentando a consciência cívica dos cidadãos, não só, ela torna as diferenças programáticas mais claras, ao levar em consideração questões de prestação de contas. E no contexto africano, é importante que se compreenda as dinâmicas dos partidos políticos, classificados como étnicos, proto hegemónicos caracterizados por clientelismo, nos quais a democracia intrapartidária não é possível pois eles têm como base a pessoa do líder, e os pluralistas com conteúdo ideológico programático são mais possíveis de sobreviver com regras democráticas internas.

2.1.4. Migração partidária

A migração partidária ocorre quando um membro do parlamento muda sua filiação partidária de um partido para outro, durante um período legislativo, ou deixa o partido para tornar-se independente (dependendo da constituição de um determinado país) ou formar um novo partido. A migração partidária tem sido regular na Tanzânia, desde a reintrodução do sistema multipartidário no país em 1992, configurado nas eleições de 1995, o mesmo processo tem sido recorrente em todos pleitos eleitorais gerais (2000, 2005, 2010, 2015, 2020), todavia nas últimas duas eleições gerais (2015 e 2020), o nível de migrações partidárias intensificou-se, o que sugere uma pesquisa em torno deste fenómeno, a começar pela sua definição, factores e suas implicações para o sistema político-partidário e para democracia tanzanianos no geral.

O termo “migração partidária se refere a qualquer ocorrência em que um detentor de mandato electivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a um outro partido. (SCHMITT, 1999; pag.128). Para HELLER & MERSHON (2000: pag.30), a migração partidária ocorre

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

no contexto de interação estratégica entre membros individuais do parlamento e os líderes dos partidos dos parlamentares e de outros partidos. As decisões que esses actores tomam reflectem sua interação e também um contexto mais amplo que inclui o sistema partidário legislativo e os eleitores. Desse modo,

Os eleitores olham para os políticos e partidos e resultados legislativos assim que eles escolherem como votar, e os resultados nas runas se repercutem no sistema partidário legislativo. O sistema partidário legislativo, então, define o estágio para interação estratégia entre potenciais dissidentes e líderes partidários. (HELLER & MERSHON, 2000: pag.38)

Os autores enfatizam que a migração partidária constitui uma das ferramentas disponíveis para os legisladores que buscam maximizar suas fortunas políticas, sua influência política e sua habilidade de alcançar seus objectivos políticos. Os legisladores escolhem mudar em reação às decisões tomadas por líderes partidários e em antecipação do comportamento dos eleitores nas próximas eleições. Na ocasião, MELO (2001) argumenta que se o deputado busca maximizar as *chances* de sucesso na carreira, deve-se esperar que um fator a ser considerado nas migrações, seja a possibilidade de que o novo partido possibilite maior acesso a recursos e/ou sinalização mais clara para o eleitorado. Neste sentido, migrar para o governo, ou se posicionar melhor dentro de sua base parlamentar, pode ser a melhor alternativa para o deputado.

Para DESPOSATO (2006), a migração partidária pode ser vista como um jogo, no qual os políticos tomam decisões estratégicas, por forma a maximizar suas oportunidades para avanço. O autor enfatiza que,

Neste jogo, os principais jogadores são legisladores individuais e a liderança do partido. Os legisladores buscam maximizar sua utilidade média, que é uma função dos benefícios esperados de adesão nos actuais e futuros partidos menos o custo de transição incorrido através da migração. Os partidos buscam maximizar seu poder relativo a outros partidos, maximizando assentos, posições no gabinete e lugares no comité. (DESPOSATO, 2006).

Neste contexto, os parlamentares migram visando aos benefícios de curto prazo que os ajudem a promover sua carreira e conseguir a reeleição. Com a troca de partido, eles podem obter candidatura para a disputa de um cargo electivo, ocupar postos no governo central, receber apoio do presidente da República, sobretudo quando a sua popularidade está em alta, ou participar das comissões. (ROMA, 2007; pág. 352). Sendo assim, ao trocar de legenda, os

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

parlamentares dariam preferência a partidos que lhes possam oferecer melhores recursos na luta por sobrevivência política, e esses recursos são controlados pelo Executivo, o que tornaria a coalizão governista potencialmente atractiva.

MELO (2001) em seu artigo “migração partidária, estratégias de sobrevivência e governismo na câmara dos deputados”, mostra que: 1) as migrações possuem um padrão que pode ser associado a estratégias de sobrevivência política; 2) deputados que obtêm acesso a recursos de poder a partir do mandato na Câmara tendem a migrar em proporção muito menor do que os demais e, 3) deputados migrantes têm preferência por partidos capazes de oferecer-lhes mais recursos na luta pela sobrevivência política.

A tese da sobrevivência política sob prisma da busca dos recursos para alavancar a carreira explica o porquê de muitos políticos da oposição na Tanzânia migrar para o partido incumbente, uma vez que este, devido à experiência e recursos que acumulou durante o período do Estado do Partido Único, estabeleceu bases financeiras atractivas para qualquer deputado ou político ambicioso não ideologicamente, mas financeiramente.

Como um contraponto, FREITAS (2008; pag.40) disserta que a tese da migração partidária volta- da para maximizar as *chances* de sucesso eleitoral (num movimento em direção à coalizão governista, de modo a converter o apoio ao governo em recursos, e os recursos em votos, nas eleições seguintes) não é suficiente. Para atestá-la seria necessário compreender os ganhos que o deputado migrante e o partido que o recebe podem obter quando há uma troca de filiação partidária. E não se tem ainda uma resposta suficiente para essa questão

HELLER e MERSHON (2009; pág.10) defendem que as implicações da migração partidária dependem do contexto institucional e das preferências individuais na legislatura, assim como da extensão a qual os eleitores importam-se com a representação simbólica (a simples presença das minorias no legislativo) versus a capacidade de influenciar os resultados das políticas públicas. Ainda na perspectiva destes autores, do ponto de vista teórico, a migração partidária proporciona um levantamento de questões no estudo da política, como o que os partidos são, o que eles fazem e como influenciam ou são influenciados pelos legisladores individuais. Os estudos sobre migração partidária ilustram não só os partidos e a disciplina partidária, mas também as dinâmicas dos sistemas partidários.

Todavia, para que a migração partidária seja considerada problema para o sistema representativo, são necessários alguns elementos, tais como:

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

- Os parlamentares migrantes deveriam estar mal alocados no partido pelo qual assumiram o seu mandato e, em razão disso, comparados aos seus colegas leais, votariam mais vezes contra as orientações do seu líder e expressariam ideias divergentes da sua bancada;
- Os deputados migrantes deveriam revelar um grau mais elevado de partidarismo na legenda de destino, fato que, se observado, constituiria forte indício de que as mudanças de filiação corrigiriam a ineficiência do recrutamento dos partidos, que selecionariam filiados sem afinidade com o seu programa;
- A maioria dos deputados migrantes deveria transitar entre partidos ideologicamente díspares, rescindindo o acordo estabelecido com os seus eleitores no qual eles se propuseram a defender determinada posição política. (ROMA, 2007; pág. 353).

Todavia, segundo o autor supracitado (op. cit), os especialistas condenam a migração partidária, porque segundo eles, altera a congruência entre os números de assentos e de votos conquistados pelos partidos e dificulta que os políticos estabeleçam reputação em uma sigla. Não só, em democracias com sistema proporcional, a força dos políticos deve corresponder ao resultado que eles logram nas urnas, assim, as mudanças de filiação representam um desrespeito à vontade dos eleitores.

Na mesma linha de pensamento, BINS (2017) afirma que a migração partidária gera certa instabilidade no interior do poder legislativo, dificultando a consolidação e enraizamento do sistema partidário, aumentando o desgaste dos partidos políticos, além de afectar a representatividade do sistema político.

Contudo, podemos considerar a migração partidária uma estratégia individual de troca de partido adoptada por candidatos ou deputados, em busca de melhores alternativas para maximizar sua carreira política. O que proporciona esta atitude pode ser a instabilidade das bancadas parlamentares, pouca ou falta de institucionalização do sistema partidário, conflitos internos dos partidos/ falta da democracia intrapartidária.

2.1.4.1. Por que mudar de partido? Motivações para mudança de partido

Nesta secção, buscamos fazer um levantamento das motivações para migração partidária, pois entender as motivações dos deputados em trocar de legenda, ou seja, as causas da

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

migração partidária, é muito crucial para a análise do fenómeno face ao sistema político no geral e se realmente a migração pode ter impacto negativo sobre o sistema representativo.

DESPOSATO (2006) aponta três razões principais para as mudanças de partido: busca de recursos para sua base eleitoral⁴ (o que o autor chama de *pork barrel*) em nível nacional ou regional, a depender da coalizão nacional ou em seus respectivos Estados; alinhamento ideológico; leis eleitorais (sistema proporcional) que tornam a eleição em um partido mais fácil do que em outros.

De acordo com MACIEL (2004: pag.12-14), existem vários motivos para elevada ocorrência das mudanças de partidos, que são:

- Pouco tempo de existência dos partidos;
- Origem dos partidos em geral, ligada a acomodações das elites políticas;
- Forte dinâmica política regional local, que impede a formação de partidos de carácter nacional;
- Inexistência de critérios de recrutamento para candidatos nos partidos e campanhas eleitorais individualizadas;
- A relação entre a ideologia partidária e a troca de partido, ou seja, às trocas têm ocorrido, em geral, dentro do mesmo espectro ideológico, e se verificam mais nos partidos menos coesos, mais novos, com menor tradição na política;
- Coesão interna dos partidos: partidos que apresentam uma disciplina semelhante em suas votações distanciam-se quando observados pela ótica da saída de seus membros, seja em razão do poder de persuasão dos líderes, seja em razão de vantagens imediatas que se oferecem aos parlamentares que seguirem a orientação da bancada.

De acordo com REED e SCHEINER (2003: pag.474), existem duas explicações para um político deixar um partido:

- Incentivos eleitorais podem atentar um político júnior que está mais preocupado em vencer a próxima eleição, do que com seu futuro político de longo prazo, mas seria improvável para mover um político sénior de quem o futuro recai dentro do partido dominante. Uma vantagem eleitoral mais provável que os políticos procuravam para perseguir, envolveu sua posição no sistema eleitoral;

⁴A respeito desta motivação, Freitas (2012) constata que 70% das trocas eleitorais entre 1995 e 2007 no Brasil ocorrem nos períodos pré-eleitorais e nos períodos anteriores à distribuição dos cargos nas comissões; ocasiões extremamente caras aos partidos políticos para a disputa eleitoral e a actividade legislativa; e os partidos de destino dos migrantes adquirem votos e atingem regiões onde não haviam sido bem votados no pleito anterior.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

- Preferências políticas: alguns desertores podem ter decidido abandonar o partido, por causa de um desejo de perseguir reforma como uma simples preferência política. Em suma, para alguns, a reforma pode ter tido pouco a ver com seus incentivos eleitorais, mas suas visões reflectidas de valor intrínseco de uma reforma política.

De acordo com MAINWARING (1991) citado por SCHMITT (1999: pag.129), os políticos acham que poderão se beneficiar ao trocar de partido, seja porque melhorarão suas próprias perspectivas de carreira em um outro partido ou porque suas propostas político-ideológicas terão mais chance de serem aceitas nesse partido. O custo de se mudar de partido é frequentemente baixo, tendo em vista a ausência de sanções legais e a tolerância do eleitorado em relação a políticos que mudam de filiação.

Na opinião de NICOLAU (1996) apud SCHMITT (1999: pag.131), os motivos básicos para um deputado/parlamentar trocar de partido, são três, a saber:

- Conflito de natureza ideológico-programática no seu partido de origem;
- Conflito de natureza pessoal no seu partido de origem;
- Maximização das oportunidades eleitorais.

No entanto, MELO citado por FREITAS (2008: pag.20), usa três argumentos para explicar os motivos/incentivos que levam os deputados a trocarem de partidos, a saber:

- As mudanças de legenda se concentram em períodos em que os deputados têm que fazer opções importantes para sua carreira, nesse caso, no primeiro ano da legislatura e no período anterior ao fim do prazo da filiação partidária tendo em vista as eleições. Assim, eles fazem isso como uma estratégia político-eleitoral;
- Os deputados que têm acesso aos recursos políticos, líderes de partido, presidentes de comissões permanentes ou que ocupem cargos na mesa, migram menos que os demais;
- Os parlamentares, ao mudarem de partido, buscam partidos com maior acesso a recursos de poder, e este movimento é reforçado se o presidente possuir uma boa avaliação junto a população e se os partidos que compõe a coalizão compartilharem, com o partido do presidente, os recursos e as responsabilidades governativas.

De acordo com KOLODZIEJ (2015; pág. 104), os políticos migram de um partido para outro devido aos seguintes motivos:

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

- A vontade da reeleição (a possibilidade de ganhar novamente o mandato como resultado de diminuir o apoio para o partido-mãe nas eleições);
- Ser afastado do processo de tomada de decisões no partido (o mandato não está em perigo, mas há uma sensação de falta de influência, redução da significância política-devido às condições psicológicas);
- Ambições políticas (a vontade de melhorar sua situação; posição política; influência, dinheiro; a fé nas suas próprias habilidades e competências- sempre acaba com a tentativa de criar seu próprio movimento político);
- Conflitos com a liderança do partido (o criticismo da forma política da gestão na mídia, declaração pública na oposição para a linha oficial e programa do partido, lutas políticas nas regiões, como lutar com líderes locais sobre como criar uma lista eleitoral local ou nacional);
- A mudança nas visões políticas (entender o processo legislativo de dentro; os políticos de uma lei com fortes crenças filosóficas, que querem manter sua coerência caracterológica).

Em síntese, vale destacar as principais motivações da migração partidária mais citadas, que são as ambições individuais (a busca pela maximização da carreira política, recursos do poder e a reeleição), e por fim os conflitos internos, por falta de democracia intrapartidária que permite que os membros partidários tenham opinião sobre as decisões tomadas pelas lideranças partidárias.

2.1.4.2. Factores Institucionais da Migração Partidária

Importa referenciar que, existem factores institucionais que facilitam ou subvertem a migração partidária, dependendo do quadro constitucional e legal de cada país. Para SANTOS (1994) citado por SCHMITT (1999: pag.130), o que facilita e estimula a migração partidária é o sistema proporcional, nesse caso, a transferência do voto, via legenda, que é possibilitada pelo voto preferencial em listas abertas. Isso quer dizer que, o candidato pode concorrer por um partido que ele estime conquistará mais cadeiras, e eleger-se com os votos dos eleitores do partido. Uma vez eleito, ele se transfere para o partido de sua verdadeira preferência, mas no qual teria menores *chances* de vencer a eleição.

Estudando a migração partidária nas democracias pós-comunistas, NIKOLENYI (2013: pag.8) conclui que, uma vez que a maioria das democracias pós-comunistas possuem uma forma essencialmente parlamentar do governo, o desenho constitucional das relações

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

executivo-legislativo deve não importar; segundo, uma vez que nenhum desses Estados possui leis anti-dissidências ou qualquer outra instituição segurar mandatos, as leis partidárias desses tipos não podem ser consideradas relevantes; terceiro, uma vez que os sistemas partidários das novas democracias estão fracamente institucionalizados, não é concebível pensar sobre eles como variáveis independentes.

LIMA (1993) apud FREITAS (2008: pag.14-15) considera a excessiva liberalização partidária e eleitoral, como sendo a que transformou os partidos em um mero instrumento para obtenção de mandatos. Em outras palavras, na arena eleitoral valeria o partido, já que existe a obrigação de filiação para a elegibilidade e na arena parlamentar, o deputado seria autónomo, podendo actuar da maneira que bem entendesse. E para o autor isso representa uma crise de legitimidade que abala a representatividade da Assembleia Nacional.

2.1.4.3. Implicações da migração partidária

No contexto do sistema político, a possibilidade de os políticos migrarem de um partido para outro, ou formar um novo partido ou tornarem-se independentes, traz implicações. Assim, nesta secção, buscamos descrever as implicações ou consequências da migração partidária no sistema político e na sociedade no geral.

De acordo com MACIEL (2004; pág. 14-15), uma das consequências da migração partidária é que, para os eleitores, reforça uma situação de falta de identidade partidária, percebida principalmente nas eleições, pois não existe identificação do candidato com partidos e programas e o eleitor acaba votando no indivíduo de sua preferência. Outra consequência é o reforço à falta de participação política, justificada pelo eleitor pela ausência de responsabilidade do representante perante o voto que o elegeu e responsável pelos baixos índices de confiança da população quanto ao desempenho dos parlamentares.

De acordo com SEVI, YOSHINAKA e BLAIS (2018: pag.683), pode ser benéfico para os migrantes que entram no governo, pois eles estão no gabinete agora, ou pelo menos pertencem ao partido que está na maioria, e também porque podem ser capazes de representar seus constituintes. Por outro lado, é possível que juntar-se ao governo seja visto como um acto de ambição vazia, do ponto de vista dos eleitores, ou talvez, levará a retribuição eleitoral ao nível individual.

De acordo com NICOLAU (1996) citado por SCHMITT (1999: pag.131) a migração partidária contribui para o aumento da fragmentação partidária na Assembleia Nacional.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Todavia, FREITAS (2012; pág.952) mostra que os partidos não são vítimas parlamentares neste processo, pois eles estimulam a migração partidária na busca por aumentar seus recursos. Eles aliciam os parlamentares para aumentar seu acesso a cargos no Legislativo, para aumentar seu tempo no horário eleitoral gratuito e para angariar mais votos em regiões onde não eram bem votados. Como quando Augustine Mrema migrou do NCCR-Mageuzi para TLP, e por causa disso, o partido teve uma quota considerável para angariar assentos parlamentares.

Em síntese, o que vale reter é que a migração partidária reforça a falta de identidade partidária e de participação política, a infidelidade partidária, levando assim a fragmentação partidária no parlamento. Porém, vale reiterar que os partidos não são vítimas, pois as vezes eles impulsionam a migração partidária para angariar mais votos em regiões que não eram votados e ganhar mais recursos.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

2.2. Enquadramento teórico

A migração partidária como uma temática que surgiu assim que migrou-se da democracia directa para a democracia representativa, com a emergência dos partidos políticos, a maioria dos autores explicam ela no quadro do novo institucionalismo, que é uma nova abordagem da ciência política dos anos de 1980 que integra três escolas de pensamento, tais como o institucionalismo histórico, escolha racional e institucionalismo sociológico, que buscam responder duas questões importantes, primeiro, como construir a relação entre instituição e comportamento; e como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam. Assim, neste capítulo buscamos apresentar os pressupostos destas escolas, e escolher o quadro teórico que melhor explica o nosso tema de pesquisa.

2.2.1. Institucionalismo Histórico

Institucionalismo histórico desenvolveu-se como reação contra a análise da vida política em termos de grupos e contra o estruturo-funcionalismo, que dominavam a ciência política nos anos 60 e 70. Seus teóricos retinham do enfoque dos grupos a ideia de que o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos é central à vida política, mas buscavam melhores explicações, que permitissem dar conta das situações políticas nacionais e, em particular, da distribuição desigual do poder e dos recursos. Eles encontraram essa explicação no modo como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas entram em conflito, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros. (HALL & TAYLOR, 2003)

De acordo com HALL & TAYLOR (op. cit), há duas questões sob as quais orienta-se a análise institucional: o que fazem as instituições? Como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos? Para tal, os neo-institucionalistas fornecem dois tipos de resposta a essa questão: a “perspectiva calculadora” e a “perspectiva cultural”.

- **A perspectiva calculadora:** dá ênfase aos aspectos do comportamento humano que são instrumentais e orientados no sentido de um cálculo estratégico. Eles postulam que os indivíduos buscam maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adotam um comportamento estratégico, vale dizer, que eles examinam todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem um benefício máximo.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Segundo estas perspectiva, as instituições afetam os comportamentos em primeiro lugar ao oferecerem aos atores uma certeza mais ou menos grande quanto ao comportamento presente e vindouro dos outros atores. Fornecem informações concernentes ao comportamento dos outros, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defeção, e afetam o comportamento dos indivíduos aos incidirem sobre as expectativas de um ator dado no tocante às ações que os outros atores são suscetíveis de realizar em reação às suas próprias ações ou ao mesmo tempo que elas. (HALL & TAYLOR, 2003: pag.197)

- **A Perspectiva Cultural:** enfatiza o fato de que os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos. Ela tende a considerar os indivíduos como *satisficers* mais do que como *optimizers* em busca da maximização da sua utilidade, e a enfatizar a que ponto a escolha de uma linha de ação depende da interpretação de uma situação mais do que de um cálculo puramente utilitário.

Nesta perspectiva, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Também, afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação. (ibid, p. 198-9)

2.2.2. Institucionalismo da Escolha Racional

Segundo HALL & TAYLOR (2003: pag.202-3), o institucionalismo da escolha racional surgiu no contexto do estudo de comportamentos no interior do Congresso dos Estados Unidos. Se os postulados clássicos da escola da escolha racional são exatos, deveria ser difícil reunir maiorias estáveis para votar leis no Congresso norte-americano, onde as múltiplas escalas de preferência dos legisladores e o caráter multidimensional das questões deveriam rapidamente gerar ciclos, nos quais cada nova maioria invalidaria as leis propostas pela maioria precedente³⁰. No entanto, as decisões do Congresso são de notável estabilidade. No final dos anos 70, os teóricos da teoria da escolha racional começaram a se interrogar como essa anomalia poderia ser explicada. Por outro lado, a partir dos anos 90 os teóricos da escola da escolha racional interessaram-se também pela explicação de um certo número de outros fenômenos políticos, entre os quais o comportamento das coalizões segundo os países, o desenvolvimento histórico das instituições políticas e a intensidade dos conflitos étnicos.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Segundo HALL e TAYLOR (2003), a vertente da escolha racional defende que:

- Os actores são caracterizados como se movendo exclusivamente pelo cálculo instrumental e a partir de preferências hierarquizadas de forma anterior à interação política;
- A política é entendida como uma série de dilemas de acção colectiva, o que faz com que a questão-chave passe a ser como coordenar o processo legislativo e criar resultados tidos como subótimas;
- O resultado da política depende da interação estratégicas, que, por sua vez, é conformada pelo desenho institucional: as instituições afectam o cálculo do Actor, portanto, os resultados, na medida em que determinam o tempo e a sequência das alternativas possíveis, bem como estabelecem mecanismos capazes de premiar a cooperação e punir a deserção, o que ao fim, torna mais previsível o comportamento do conjunto dos agentes;

Ao mesmo tempo que são caracterizadas como elementos contextuais, as instituições aparecem como objectivos da acção: elas são criadas pelos actores, tendo em vista a realização dos objectivos da maioria, e se mantêm enquanto cumprem tal propósito. Todavia, na sua prática política, os actores actuam sobre as instituições, criando-as e reformando-as, mas:

- Não têm muita certeza quanto à influência que elas terão sobre os resultados, entre outras coisas por não dominarem o ambiente;
- Tampouco podem deixar de procurar estabelecer uma mediação entre os seus objectivos (que orientam a criação institucional) e os valores, práticas e procedimentos considerados legítimos pelos seus pares.

Os actores e suas preferências, instituições por eles criadas e que sobre eles actuam, são elementos indispensáveis para a compreensão da política. (MELO, 2004; pág. 34). De acordo com o autor supracitado (op. cit), A recorrência das mudanças de partido terem-se tornado um comportamento deve-se aos seguintes factores. Em primeiro lugar, é preciso considerar a instabilidade política gerada pelo fim do regime do partido único e pelas dificuldades enfrentadas pela nova república; em segundo lugar, é preciso levar em conta, os factores que contribuíram para que os partidos, uma vez tolhidos pela crise, se mostrasse pouco capazes de lhe opor resistência.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

No entanto, dada natureza do nosso trabalho, nós adoptamos a explicação das escolas de pensamento (institucionalismo histórico e da escolha racional) para explicar a migração partidária dos Políticos Tanzaniano.

Assim dispostos os argumentos, fica evidente que a migração partidária que aconteceu em Tanzânia pode ser explicada através do neo-institucionalismo. Se considerarmos os determinantes da migração partidária, seguindo a abordagem da escolha racional, a decisão de mudar de partido tem sido modelada em termos de motivações eleitorais, políticas e busca por cargo. Usando a perspectiva de MELSHON e SHVETSOVA (2008: pag.101), os deputados podem mudar a filiação partidária para obter cargos e privilégios parlamentares, para aumentar a probabilidade de alcançar resultados políticos pretendidos ou para ganhar vantagem no posicionamento para reeleição.

O pressuposto de busca de políticas depende da ideia de que um deputado mudará de partido, se sua perspectiva eleitoral melhorar ao juntar-se a outro partido. Sob pressuposto de busca de cargo, um legislador pode mudar de partido para um partido disposto a oferecer-lhe benefícios de cargo dentro do parlamento ou governo. E por sim, sob pressuposto de busca de políticas, um deputado pode mudar para um partido que apoia suas políticas preferidas. (MULLER e STROM, 1999) apud VIRGILIO, GIANNETTI, PINTO (2012: pag.34).

As perspectivas teóricas da mudança de partido baseada no pressuposto de busca de cargo foram providenciadas por LAVER e BENOIT (2003) citados por VIRGILIO, GIANNETTI e PINTO (2012: pag.35), que afirmam que para percebermos a migração partidária, deveríamos levar em conta não apenas os incentivos de desertores, mas também os incentivos dos partidos que eles pertencem em primeiro lugar, e os dos partidos que eles tentam aderir.

No entanto, percebe-se que os estudos sobre migração partidária têm focado muito a racionalidade dos migrantes, mas ignoram os incentivos dos partidos para os quais eles estão sendo atraídos. Assim, há que considerar que a troca de legenda é vista como uma via de mão dupla, capaz de beneficiar não apenas o parlamentar – que pode ter diversos objetivos, como a maximização de seu sucesso eleitoral, ocupar cargos e obter recursos do Estado – mas também o partido que o acolhe e que visa a expansão de seu eleitorado e de sua máquina. (FAGANELLO & FERNANDES, 2017:102-3).

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

2.3. Estudos sobre migração partidária

MERSHON e SHVETSOVA (2008) desenvolveram um modelo de ciclo parlamentar para explicar a migração partidária no seu estudo “*Parliamentary Cycles and Party Switching in Legislatures*”, no qual as autoras buscam avaliar as mudanças de legendas partidárias durante a vida de uma legislatura. Neste estudo, as autoras olham para escolha partidária como uma decisão estratégica recorrente durante o ciclo parlamentar⁵. As autoras explicam a migração partidária do ponto de vista do indivíduo, que os membros do parlamento podem trocar a afiliação partidária para obter cargos e privilégios parlamentares, para aumentar a probabilidade de alcançar resultados políticos pretendidos, ou para ganhar vantagem no posicionamento para reeleição.

No estudo, as autoras fazem uma análise comparada entre Itália e Rússia, e identificam padrões de migração devido aos benefícios do cargo, vantagens das políticas e busca por votos em momentos distintos no ciclo parlamentar.

Na sequência, outro estudo é de FREITAS (2012) “*Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009*”, no qual a autora procura analisar o fenómeno das trocas de legendas no Brasil, partido da premissa de que os parlamentares buscam maximizar suas *chances* de sucesso na carreira política, a autora procura como os atores coletivos (no caso, os partidos políticos) utilizam as trocas de legenda para aumentar seu poder na arena parlamentar e na arena eleitoral. O argumento da autora é de que os partidos políticos não são vítimas de parlamentares ultra-individualistas, aqueles actuam no processo e estimulam migração partidária na busca por aumentar seus recursos. Aliciam parlamentares para aumentar seu acesso a cargos no Legislativo, para aumentar seu tempo no horário eleitoral gratuito e para angariar mais votos em regiões onde não eram bem votados.

Um dos pontos diferenciais do estudo da Freitas é que ela não olha para a migração partidária apenas do ponto de vista do migrante ou do indivíduo em si, pois segundo ela, os modelos ou pesquisas que focam sob esta perspectiva, não dão conta da explicação do fenómeno, apenas parte da migração, e parte muito pequena. Uma vez que a migração partidária envolve muitas variáveis, dado que, ao trocar de partido, os parlamentares estão buscando melhorar as possibilidades de sucesso em sua carreira política; sendo assim, buscam partidos que possam, em última análise, fornecer mais benefícios do que os partidos em que eles se encontram.

⁵ Segundo as autoras, ciclo parlamentar inclui estágios legislativos e eleitorais que ocorrem antes ou durante a campanha oficial para a próxima legislatura e que afecta o comportamento no mandato. (MERSHON & SCHVETSOVA, 2008; pág. 100).

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

No entanto, os parlamentares não buscam os mesmos benefícios, pois, se assim fosse, as trocas de legenda seriam concentradas em um partido ou em um grupo de partidos com as mesmas características, tornando bastante simples identificar as motivações que levam os deputados a trocar de legenda. É esta simplificação que leva, por exemplo, à ideia de que parlamentares trocam de partido no sentido da coalizão governista, onde se concentram os recursos, que teoricamente são os mais cobiçados pelos políticos. (FREITAS, 2012; pag. 959).

Todavia, a autora reconhece que os parlamentares têm objectivos diversos e desenvolvem estratégias diferentes para alcançá-los. E que se alguns deputados trocam de partidos para aumentar a sua influência no Congresso, visando ampliar as *chances* de aprovação de uma determinada política, outros podem buscar cargos que aumentem sua visibilidade junto ao eleitor. Outros podem desejar se aproximar do governo central ou de lideranças em seu município, e outros podem almejar a presidência nacional, ou simplesmente buscar partidos mais próximos de suas convicções ideológicas. (FREITAS, 2012, pag.960). Contudo, a conclusão da autora é que a migração partidária não resulta necessariamente da fragilidade dos partidos políticos, mas uma forma diferente que estes encontram para se organizar.

O estudo de DESPOSATO (2006) sobre migração partidária no Brasil mostra que o entendimento das causas da migração partidária exige um entendimento dos tipos de benefícios ideológicos, eleitorais e distribucionais os partidos providenciam, e as características dos eleitores nos elei distritos do legislador. O autor argumenta que há dois benefícios básicos quando os partidos aceitam novos membros: aumento no tamanho da bancada e incremento no suporte eleitoral, trazido pelos migrantes. Estes, por sua vez, escolhem partidos que irão facilitar suas reeleições – ou ao menos propiciar acesso a cargos, recursos e influência.

A pesquisa conduzida por IAIN MCMENAMIN e ANNA GWIAZDA (2010) na Polónia, intitulada “*Three roads to institutionalization: vote-, office- and policy-seeking explanations of party switching in Poland*”, usando a abordagem da institucionalização partidária, segundo a qual os deputados migram por três motivos: a busca do voto, busca por políticas e por cargo. Para as autoras, a migração partidária é movida pela busca do voto. Segundo as autoras, os deputados migram de um partido para outro, não movidos pela ambição por cargos elevados ou por causa de um espaço político caótico ou polarizado, mas sim por forma a assegurar sua sobrevivência política.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

O artigo do MELO (2000) intitulado “Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados”, sugere uma outra forma de discutir as motivações dos deputados que migram de um partido para outro. Para o autor, o deputado pode utilizar-se da mudança de partido para maximizar suas *chances* de sucesso na carreira política. Mas para que isso ocorra, deve ser levada em conta a natureza dos vínculos existentes entre o deputado e o partido, uma vez que, quanto menos esses vínculos disserem respeito a uma questão de identidade, mais fácil será ao deputado migrar. A existência de laços mais fortes, por outro lado, faz com que os custos da deserção não sejam analisados apenas do ponto de vista do legislador, mas também da instituição.

Portanto, o argumento do autor é que o padrão centralizado de organização do processo legislativo não apenas incentiva o deputado a cooperar com o governo nas votações em plenário, este mesmo arranjo pode também estimulá-lo a buscar um melhor posicionamento junto ao núcleo decisório do sistema, mudando, sempre que necessário, de partido. Se votar com o líder faz parte de uma estratégia racional de sobrevivência política, buscar um partido melhor posicionado na estrutura de poder da Câmara também pode fazer.

Outra pesquisa que analisa o tema das “migrações partidárias” é de SCHMIT (1999), na qual o autor aponta que a taxa de reeleição parlamentar é negativamente afectada pela migração partidária, ou seja, deputados que permanecem fiéis ao seu partido de origem reelegem-se mais facilmente do que aqueles que optam por mudar de partido durante a legislatura.

Diante disto, o autor tira duas conclusões cruciais:

- A primeira conclusão é o efeito diferenciado da migração partidária sobre a estratégia eleitoral dos deputados federais que buscam a reeleição e dos que são efetivamente reeleitos. Schmitt, diz que:

No primeiro caso, verifica-se que a probabilidade de um parlamentar disputar um novo mandato aumenta se ele tiver abandonado o partido pelo qual se elegeu, sobretudo se tiver efetuado mais de uma troca, independentemente da sua permanência no bloco ideológico a que pertence o seu partido de origem. No segundo caso, constata-se que a chance de um deputado se reeleger diminui se ele tiver transferido para um outro partido, não importando o número de trocas efetuadas nem o (s) partido (s) de destino. (SCHMIT, 1999; pág.. 145)

- A segunda conclusão é que para os deputados que migram de partido não são irrelevantes os efeitos do número de trocas e da direcção das trocas sobre as suas possibilidades quer de reapresentação, quer de reeleição.

3. Metodologia

Para a concretização de uma pesquisa pressupõe-se que o pesquisador defina as técnicas de investigação, é neste sentido que, nesta parte, pretende-se definir os mecanismos por meio dos quais vais se proceder para o alcance dos objectivos definidos na pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa, adoptou-se a metodologia qualitativa, a qual tem em vista analisar e interpretar a realidade mais profunda e complexa do comportamento humano (MARCONI & LAKATOS,2009, P.269).

Esta metodologia não emprega, necessariamente, procedimentos ou técnicas estatísticas para analisar o problema. (SOARES, 2003, P.19). Pelo contrário, a metodologia qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1993, P.21-22). A partir da metodologia qualitativa será possível fazer uma leitura do significado, percepções e interpretações que a migração partidária com os seus efeitos ao Sistema político e comportamento eleitoral em Tanzânia.

O método de abordagem adoptado é o indutivo, dado que consiste numa linha de raciocínio que coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares e, geralmente, chega-se a conclusões que são apenas prováveis. (GIL,2008, P.9.)

A metodologia qualitativa, *per si*, já sugere, ao pesquisador, técnicas alternativas de colecta de dados por forma a conhecer seu objecto (MARCONI & LAKATOS,2009, P.275).

Dessas técnicas, adoptou-se para esta pesquisa a entrevista, a qual pressupõe o estabelecimento de uma interação envolvendo um entrevistado e um entrevistador. Por esta via o entrevistador procede à recolha de informação necessária à compreensão do objecto em análise que dificilmente poderia ser apreendida adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade (GIL,2008, P.109.). E porque a entrevista pode ser categorizada dependendo do propósito do investigador, adoptou-se nesta pesquisa a entrevista semi-estruturada como forma de assegurar que o entrevistado tenha maior liberdade em tratar a questão que lhe for colocada e, deste modo, obter uma vasta gama de informações sobre o assunto (MARCONI & LAKATOS,2009, P.279).

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Por forma a recolher dados relevantes à pesquisa, foram entrevistados sete deputados, dois são migrantes do CCM (Partido no poder) para oposição e cinco da oposição para CCM. Por um lado, interagiu-se com dois membros da comissão eleitoral(NEC), três eleitores, cinco líderes dos cinco partidos que sofreram com migração partidária (CCM, CUF, CHADEMA, NCCR-MAGEUZI, ACT-WAZALENDO). Não obstante, foi fundamental interagir com académicos que discutem matéria de política.

Os entrevistados foram selecionados a partir de uma amostragem não probabilística por cotas devido ao seu maior rigor em relação a outros procedimentos de amostragem não probabilística. Esta modalidade passa pela:

- Classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenómeno a ser estudado;
- Determinação da população a ser colocada em cada classe, baseando-se na constituição conhecida da população; e,

Fixação de cotas para cada entrevistador de selecionar elementos da população a ser pesquisada (MARTINS, 2007, P.49). Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa partiu de uma pesquisa bibliográfica, fazendo o levantamento de informações a partir do material coletado em livros, revistas, jornais, artigos científicos, *sites* da Internet e outras fontes escritas publicadas. (GIL, 2002: 44).

O processo de interceção com grupo alvo desta pesquisa a respetiva a coleta de dados iniciou nos finais de 2019 quando regressei a Tanzânia para um período de férias. Num primeiro momento estabeleceu-se contacto presencias com partidos políticos relevantes para essa pesquisa com vista a compreender as causas e os efeitos da migração partidária. Neste âmbito solicitou-se a lista dos membros dos partidos que migraram para outros partidos e seus respetivos contactos. O segundo momento, constitui a interagir com grupo previamente identificado de 7 políticos que migraram de um partido para outro como forma de perceber as razões e motivos lhes levaram a sair de um partido para outro. Importa salientar que estas entrevistas foram realizadas em dois formatos, nomeadamente, presencial e virtual, este o ultimo através do uso de plataforma de vídeos conferencias como zoom e Google meeting.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

3.1. Limitações da pesquisa

A principal limitação na realização desta pesquisa consiste no constrangimento que se teve para interagir com algumas instituições e individualidades que se julgam pertinentes para a pesquisa. A questão do confinamento e distanciamento social dada a eclosão do novo coronavírus fez com que a pesquisa se prolongasse por longo tempo uma vez que os actores que forneceriam a informação para a realização da mesma preconizavam uma interação pessoal, em detrimento do uso das chamadas telefónicas. A indisponibilidade de algumas individualidades para entrevista por questões de agenda, constituiu também uma limitação, aliado à dificuldade que se teve para ter acesso à informação nas organizações, sob pretexto da mesma não ter sido tornada pública.

4. Reflexões sobre Migração Partidária dos Políticos na Tanzânia (2015-2020)

O Presente capítulo visa reflectir sobre a migração partidária dos deputados na Tanzânia, em que vamos debruçar sobre o processo de democratização, dinâmicas dos partidos políticos de Tanzânia e por fim analisar as migrações partidárias e suas consequências, assim como soluções.

4.1. A trajetória histórica da transição do monopartidarismo para multipartidarismo na Tanzânia

A política multipartidária foi reintroduzida em 1992, depois de o parlamento promulgar a lei dos partidos políticos. Desde a reintrodução do Sistema multipartidário em Tanzânia, o país já realizou seis fases de eleições gerais (1995, 2000, 2005, 2012, 2015 e 2020).

Como foi dito, de acordo com NORMAN (2009; pág. 45), a democracia multipartidária não é novidade em Tanzânia, pois o país já passou por um processo multipartidário no período de 1960-64, porém, com a governação de Nyerere, o multipartidarismo foi abandonado, e adoptou-se o sistema do partido único, por causa dos resultados das eleições de 1960/61, nas quais o partido TANU ganhou todos assentos parlamentares, excepto um, outro motivo foi a união de Tanganyika e Zanzibar em Abril de 1964 para formar a República Unida de Tanzânia. Para consolidar a dominação do partido único, o TANU e o partido Afro-Shiraz uniram-se para formar o partido revolucionário designado por Chama Cha Mapinduzi (CCM) em Fevereiro de 1977.

Institucionalmente, a decisão de tornar Tanzânia um Estado do partido único foi tomada pelo Conselho Nacional Executivo em 1963, sob uma constituição provisória, a qual estipulava que cada assento seria disputado apenas por um ou dois candidatos de modo a garantir que nenhum membro pudesse ser eleito sem o apoio da maioria. (EWALD, 2011; pág. 83).

No entanto, em 1967, a declaração de Arusha declarou Tanzânia como um país socialista com aspirações para acabar com a sua dependência e dominação pelos países ocidentais. (TSEKPO & HUDSON, 2009; pág. 6). No entanto, em 1977, a constituição foi aprovada como permanente, o que registou o nascimento do partido único, através do artigo 3 que estipulava que haveria apenas um partido político e que todas actividades políticas seriam conduzidas por ou sob auspícios do partido, assim como as funções de todos órgãos do

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Estado da República Unida de Tanzânia (NYIRABU, 2002; pág. 101). Assim, todas eleições realizadas a partir de 1965 a 1990 eram dentro do quadro do partido único, e a competição era entre indivíduos do mesmo partido e a participação política existia nos locais de trabalho e áreas residenciais.

Portanto, o Tanzânia, como a maioria dos países africanos, passou por uma grave crise económica na década de 1980 associada ao sistema do partido único, assim como o descontentamento popular com as dificuldades e ineficiências das indústrias estatais, paraestatais em diversos sectores deterioraram o apoio pelo sistema e economia liderada pelo Estado. As pressões sobre o governo da comunidade doadora para introduzir as reformas liberais do sistema político e económico aumentaram. (EWALD, 2011; pág. 110).

Por conseguinte, como avançam TSEKPO e HUDSON (2009; pág. 6), com o fracasso da experiência socialista em Tanzânia, Presidente Mwinyi embarcou no processo de liberalização económica e estabeleceu vínculos com instituições da Bretton Woods. Este processo levou aos debates sobre liberalização política, com apoio de antigo presidente Nyerere.

Deste modo, o processo de democratização em Tanzânia teve influência interna e externa. A comunidade internacional apelou para abertura de espaço para envolvimento de organizações de sociedade civil, participação nos processos políticos, observância dos direitos humanos e liberalização completa da actividade política. Ao passo que, a pressão interna visou a democratização incluindo a emergência de uma classe que age como uma força contra o monopólio do Estado na economia, o surgimento de uma forte elite política que exige um governo multipartidário mais responsável e transparente e insatisfação geral dos cidadãos com a inabilidade do Estado na devolução dos serviços sociais essenciais. (EISA, 2004; pág. 84).

Em resposta a essas pressões, em Fevereiro de 1991, o Presidente Ali Hassan Mwinyi nomeou uma comissão com 40 membros sob liderança do Chefe da Justiça Hon Nyalali, com vista a colectar dados da opinião pública sobre se podia ou não continuar com o sistema do partido único ou adoptar o multipartidarismo, e para analisar, aconselhar e recomendar mudanças democráticas. (EWALD, 2011; EISA, 2004).

A comissão consultou cerca de 36 229 pessoas, das quais 80% defendeu a manutenção do sistema do partido único, todavia, a comissão recomendou o estabelecimento do multipartidarismo e a definição de um órgão especial para supervisionar as mudanças,

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

nomear uma comissão eleitoral para conduzir as primeiras eleições multipartidárias e uma comissão constitucional para esboçar uma nova constituição.

Por conseguinte, foi adoptada a lei dos partidos políticos em 1992 (a lei 5/1995) visando o registo dos partidos políticos, e definindo todas regras a serem cumpridas antes do registo. Com a promulgação desta legislação inaugura-se o processo inicial sólido do multipartidarismo no país, que foi configurado com as primeiras eleições multipartidárias locais de 1993, e as primeiras eleições gerais multipartidárias de 1995, das quais o CCM saiu vitorioso. (EISA, 2004; WEINSTEIN, 2010; EWALD, 2011).

Um dos pontos a ter em conta é que com adopção da lei dos partidos políticos, foram mitigadas as influências étnicas e religiosas dos partidos, exigindo que cada partido tivesse pelo menos 200 membros das 10 regiões em toda Tanzânia, incluindo Zanzibar e Pemba. (WEINSTEIN, 2010; pág. 12). Todavia, a sexta emenda constitucional introduziu a exclusão dos candidatos independentes, e a oitava emenda criou um monopólio multipartidário, no qual os partidos políticos registados controlam as actividades políticas, se alguém quiser participar da política, é obrigado a juntar-se a um partido político (NYIRABU, 2002: pág. 105).

Assim, a pressão das forças políticas internas e da comunidade internacional abriram caminho para introdução do multipartidarismo em 1992. Neste contexto, dos 51 partidos organizados em 1993, 35 reuniam requisitos legais para o registo e apenas 13 qualificaram-se para serem registados. (EWALD, 2011; pág. 112).

Portanto, nas eleições gerais de 1995 que inauguraram o multipartidarismo na Tanzânia. Para estas eleições, o CCM tinha como candidato presidencial Benjamin Mkapa, que concorria contra três candidatos da oposição, com destaque do Augustine Mrema do partido NCCR-Mageuzi e antigo membro do CCM que apareceu como primeiro oponente do Mkapa com quase um terço do total dos votos. Mesmo assim, o CCM com seu candidato conseguiu vencer com uma margem de 62%. (WEINSTEIN, 2010, pág. 11).

Estas eleições configuraram o processo de reintrodução do multipartidarismo em Tanzânia, ao mesmo tempo abriram espaço para migração partidária, pois mostraram a fraqueza da oposição perante o CCM, principalmente devido a eliminação dos subsídios governamentais às campanhas eleitorais e conflitos internos nos partidos da oposição, que, segundo WEINSTEIN (2010), resultaram na saída de Augustine Mrema do NCCR-Mageuzi para o Partido Trabalhista de Tanzânia (TLP), devido às discórdias com a liderança do partido, e no

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

ano de 2001, a Frente Cívica Unida (CUF) expulsou três deputados por violarem as normas do partido e assim eles cessaram de ser deputados.

Não obstante, em relação a migração partidária, existem leis que regulam os comportamentos dos migrantes na Tanzânia, estipuladas na Constituição da República Unida de Tanzânia. Primeiro, a constituição estipula que cada pessoa tem a liberdade de se reunir, associar e cooperar com outras pessoas de forma livre e pacífica e, para esse fim, expressar opiniões publicamente e formar e aderir a associações ou organizações formadas com o objetivo de preservar ou promover suas crenças ou interesses ou quaisquer outros interesses.

Por conseguinte, no seu artigo 20, a constituição determina regras de conduta em relação aos que desejam migrar de um partido para outro,

6.C.2) uma pessoa não deve ser membro de mais de um partido político.

6.C.3) uma pessoa que possui cartões de sócio de mais de um partido político será considerada como tendo renunciado ao partido anterior.

6.C.4. O não cidadão não participa no processo de decisão de um partido político com o objetivo de promover os objetivos desse partido.

6.C.5). Um membro de um partido político não pode ser expulso do partido a menos que os devidos processos prescritos na constituição do partido tenham sido cumpridos.

Contudo, importa enfatizar que o partido governante cedeu ao multipartidarismo não por causa do compromisso com a democracia, mas porque era um resultado inevitável, devido a pressão exercida pelas forças internas e externas. Como aponta BARARI em seu artigo “Single party to multipartism in Tanzania”,

A maneira como o processo de transição foi gerida, as regras eleitorais, formação dos órgãos de gestão eleitoral, a Constituição e as variadas leis aprovadas atestam o facto de que a classe governante em Tanzânia não está ainda preparada para aceitar um veredicto imparcial de um jogo democrático. A gestão das eleições e seus resultados particularmente em Zanzibar nas eleições de 1995 e 2000, a disposição massiva das forças de defesa e segurança, a captura das urnas pela polícia e exército quando estava a decorrer a contagem isolaram a possibilidade da transferência de poder para um partido da oposição através dos meios democráticos. (BAKARI, 2006; pág.70).

Um dos incidentes que confirma isso é o das prisões arbitrárias de 18 membros e líderes de CUF em 1997, acusados de organizar um golpe do Estado, um atentado contra o governo de

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Amour, embora os 45 parlamentares de CCM tenham assinado uma petição em 2000 para a libertação daqueles membros, o governo de Amour ignorou, e os 18 prisioneiros do CUF só foram libertados dias depois das eleições de Outubro pelo novo Presidente de Zanzibar. (KARUME, 2004; pág. 20).

4.2. Partidos e legisladores na Tanzânia

O presente trabalho discute a questão da migração partidária, tendo isto em mente, parece razoável discutir as dinâmicas dos partidos políticos no contexto do nosso caso de estudo (Tanzânia), assim, no presente subcapítulo, buscamos analisar as dinâmicas, características dos partidos políticos tanzanianos, o que permitir-nos-á compreender o que pode estar por detrás da fraqueza da oposição tanzaniana, assim como os motivos que levam muitos políticos trocarem de partido.

MANNING (2005) no seu artigo “*Assessing African Party Systems after the third wave*” descreve quatro características dos sistemas partidários africanos, que são: Predominância do partido único; Proliferação de pequenos partidos e fracos, centrados em torno de uma figura pública com apoio regional, mas com falta de estruturas organizacionais; Partidos que não são orientados por espectro direita-esquerda, pelo contrário, as plataformas partidárias parecem semelhantes nas suas abordagens económicas e em políticas públicas; Os vínculos dos partidos à sociedade civil pluralisticamente organizada são fracos, eles normalmente não têm interesses liberais e pluralistas, mas sim redes clientelistas ou com base na afinidade. (MANNING, 2005, pág. 716). Deste modo, introduzimos a presente secção, em que vamos discutir as dinâmicas dos partidos políticos na Tanzânia, suas forças e fraquezas, e como isso conduz a migração partidária.

O maior problema com os partidos políticos em Tanzânia tem a ver com a concentração dos partidos, o CCM ocupa quase todos assentos no parlamento (88%), partidos da oposição muito fracos. Um dos motivos deve-se a abolição dos subsídios estatais aos partidos políticos que significou que os partidos da oposição eram incapazes de financiar suas campanhas e não tem acesso a recursos estratégicos de campanha, como a media governamental. (EISA, 2004: pag.86-7)

O segundo aspecto concernente aos partidos políticos na Tanzânia é que eles se tornaram plataformas dos líderes fundadores, que construíram estruturas das quais as regras ficam

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

nulas caso eles entrem em conflito com concepções do fundador. Outrossim, os fundadores dos partidos da oposição são indivíduos que foram membros desafetados do partido único e carregavam com eles rivalidades pessoais para os partidos de oposição, o que quer dizer que a esperança de vida de um partido político está ligada ao destino do fundador. Outra característica alarmante dos partidos da oposição é a falta de democracia intrapartidária durante as eleições. Para muitos partidos, os fundadores dos partidos possuem poderes amplos e assim são candidatos escolhidos com atenção. (NYIRABU, 2002: pag.109). Por exemplo, os partidos como o Partido Popular Nacional e o Partido do Povo de Tanzânia desmoronaram com a morte de seu líder fundador (no caso do primeiro) e saída do seu fundador (no caso do segundo). (SHABA, 2007: pag.3)

O ambiente político no qual os partidos políticos operam na Tanzânia deixa a oposição em desvantagem a favor do partido incumbente. Os partidos da oposição, recentemente criados, eram esperados de competir com um partido que existe há 40 anos, com prédios e estádios em todo país. O desempenho marcante da oposição das eleições de 1995, foi surpresa para o partido incumbente, que tinha dominação sobre o país, daí que o partido recorreu ao uso da maquinaria governamental para desviar o apoio da oposição, endurecendo as regras e regulamentos que favorecem os partidos da oposição. (NYIRABU, 2002: pag.109)

De acordo com EISA (2004: pag.87), os partidos da oposição sofrem do problema de divisão e desorganização, como por exemplo, a Convenção Nacional para Construção e Reforma (NCCR) -Mageuzi era um oponente significativo para o partido incumbente nas eleições gerais de 1995 com 27.8% dos votos presidenciais, com 16 assentos em *Mainland*, dividiu-se em dois grupos e conseguiu só um assento parlamentar nas eleições de 2000, o que resultou na saída de um numero considerável de partidários com seu líder, Mrema e juntou-se ao Partido Trabalhista de Tanzânia (TLP). Por outro lado, o partido *Chama Cha Demokrasia na Maendeleo* (CHADEMA) sofreu do funcionalismo, porque era percebido como um partido baseado em classes ou etnia. Não obstante, a União para Democracia Multipartidária (UMD) foi destruída depois das primeiras eleições multipartidárias em 1995 como resultado de líderes oportunistas que levaram o partido a desintegrar-se antes das eleições gerais de 2000.

De acordo com NYIRABU (2002: pag.108), até 2000 havia 14 partidos políticos registrados em Tanzânia, mas apenas 5 estavam representados no Parlamento da União. Certamente, os partidos da oposição foram muito activos para a democratização, e o seu desempenho nas eleições multipartidárias em 1995 foi relativamente forte (por exemplo a convenção nacional

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

para construção e reforma, NCCR Mageuzi na Mainland e Frente Cívica Unida no Zanzibar. Todavia, todos partidos da oposição com exceção da Frente Cívica Unida passaram por crises internas, que os deixaram fracos, levando-os a um péssimo desempenho nas eleições de 2000.

Dos resultados das eleições parlamentares de 2000, não surgiu nenhuma oposição forte no parlamento, pois todos partidos da oposição combinados asseguraram 34.8% de votos, eles obtiveram apenas 12.5% de assentos parlamentares. E um dos motivos dessa baixa proporção de assentos teve a ver com a natureza do sistema eleitoral, ou seja, o primeiro leva ocupa o cargo (sistema eleitoral de vencedor leva tudo) usado em Tanzânia baseia-se na representação do eleitorado, que torna difícil para a representação das minorias e promove dispersão de votos, e ao mesmo tempo este sistema tende a criar governos fortes e mecanismos fáceis de nomear membros de parlamento. (EISA, 2004: pag.90).

Contudo, o declínio da oposição em Tanzânia deve-se aos seguintes factores: conflitos intrapartidários, falta de habilidades organizacionais, falta de recursos e intrusão dos agentes do partido incumbente, assim como a falta da democracia interna. (SHABA, 2007: 5)

De acordo com o autor KATUNDU (2018; pág. 82), os partidos da oposição são desafiados por muitos factores, incluindo fraqueza institucional em praticamente todos partidos da oposição, manifestada através da falta de filosofia ou ideologia partidária, funcionamento de estruturas e processos partidários, falta de democracia participativa interna devido ao défice de comunicação entre os líderes partidários, seguidores e o público em geral.

Apesar da natureza e qualidade das instituições eleitorais e o sistema eleitoral, o partido da oposição neste país mantém-se fracos e fragmentados. Assim, a oposição política de Tanzânia é fraca, mais de duas décadas depois da reintrodução da democracia multipartidária, nenhum partido da oposição emergiu como uma alternativa forte, clara e credível para o CCM. As disputas internas têm dividido os partidos da oposição desde a reintrodução do multipartidarismo em 1995. (KATUNDU, 2018; pag.82).

Em síntese, foi possível notar que o legado colonial influenciou o funcionamento dos partidos políticos tanzanianos, assim como a decisão tomada do partido incumbente no âmbito da independência de abolir o multipartidarismo, e aprovar uma constituição que beneficia o próprio partido, que ainda não foi revista pontualmente, só parcialmente, pois até hoje a Tanzânia ainda é regulada pela mesma constituição de 1977 que deu poderes absolutos sobre

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

o controlo do Estado Tanzaniano ao CCM (partido incumbente). O CCM aproveitou-se do sistema de partido único para construir sua hegemonia, arrecadar recursos, algo que o beneficia agora no contexto democrático, porque muitos partidos políticos da oposição são fracos por falta de recursos financeiros. Não só, as disputas internas e falta de ideologia partidária clara influenciam na fraqueza da oposição política de Tanzânia.

4.2.1. Os partidos que sofreram com migração partidária entre 2015 e 2020.

Segundo a comissão eleitoral (NEC), Tanzânia por enquanto tem total de 22 partidos inscritos onde 5 deles sofreram com a migração partidária entre 2015 e 2020, a saber:

Chama cha Mapinduzi (CCM)-Partido revolucionário

O CCM foi fundado em 1977 seguindo dois partidos únicos em Tanzânia Mainland (TANU) e Zanzibar (partido Afro-shirazi), e tornando-se um partido único. O partido tornou-se campeão do socialismo africano baseado na auto-resiliência e no sistema de agricultura colectivizada conhecido como Ujamaa. Todavia, o partido considera-se um partido de libertação de massas, baseado no movimento que representa os direitos e aspirações das massas pobres. E como um partido socialista, representa os interesses dos trabalhadores, uma posição ideológica que é a retórica do partido até hoje. Teoricamente, o CCM ainda vê sua missão como de consolidar a unidade nacional, desencadear a revolução socialista na Tanzânia, e render apoio para lutar pela libertação em Africa e outras partes do mundo, mas na prática, o partido é mais liberal e concebe-se de modernização económica e políticas de livre-mercado como formas que levantam os padrões de vida dos cidadãos tanzanianos. (MAIYO, 2008: 14)

Então, o CCM sendo um partido que esta no poder, recebeu muitos migrantes dos partidos da oposição aproveitando os incentivos tais como: seus recursos, cargos no governo na base da decisão do presidente Magufuli de dar diferentes cargos aos políticos da oposição e também o seu poder acumulado no momento do monopartidarismo, com tudo isso, atraiu muitos migrantes. Além disso, o CCM perdeu muitos políticos por falta de democracia intrapartidária e interesse pessoal principalmente em 2015 na saída dos ex-primeiros ministros Edward Lowasa e Fredrick Sumaye para CHADEMA que é o partido maior da oposição, mais tarde saiu o ex-ministro de negócios estrangeiros o Bernard Membe que

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

migrou para ACT-Wazalendo e o ex-ministro de turismo e recursos naturais o Lazaro Nyalando que migrou para CHADEMA.

A Frente Cívica Unida (CUF)

Designado Chama Cha Wananchi foi fundado em 28 de Maio de 1992 por meio de dois movimentos, um grupo de pressão pela democratização em Zanzibar KAMAHURU e o Movimento Cívico, uma organização de direitos humanos de Mainland. Seu chefe fundador foi Shariff Hamad, um antigo chefe de ministros de Zanzibar no governo de CCM. O partido foi registado e reconhecido em 1993, identifica-se como partido de massas, mas não reivindica interesses de grupos específicos, todavia, considera-se um partido liberal e um membro internacional liberal, seus princípios fundados incluem o melhoramento do bem-estar de todos tanzanianos com respeito aos assuntos políticos e socioeconómicos, sua prioridade é de satisfazer as necessidades, interesses e prioridades da secção de baixa renda da população particularmente no sector informal. (MAIYO, 2008: 15)

Então, esse partido perdeu muitos políticos devido ao interesse pessoal e conflito interno que dividiu o partido em dois lados, um lado do presidente do partido, o Ibrahim Lipumba que era apoiado por governo e outro lado era do secretário do partido, o Maalim Seif que não tinha apoio do governo. Esse conflito fez o lado do Maalim Seif migrar para ACT-Wazelendo e alguns deles ao CCM deixando o CUF fraco.

CHADEMA

Este partido foi fundado e registado em 1992 sob liderança de Edwin Mtei, um antigo Ministro de Finanças no governo de CCM, com apoio de um antigo grupo de serventes civis e executivos do sector privado em Dar-es-Salaam. O seu nome traduz-se em Partido pela Democracia e Progresso, e descreve-se como um partido de centro-direita com uma filosofia populista de poder popular, e seus ideais incluem aprofundamento da democracia e advoga uma economia do mercado social. Os seus princípios fundadores incluem empoderamento económico e levantar os padrões para a maioria de pobres do país, impulsionar o papel do sector privado da económica do país, boa governação, luta contra corrupção e introdução de um sistema federalista do governo. (MAIYO, 2008: 15)

Portanto, esse partido também sofreu com migração partidária por falta de democracia intrapartidária e interesse pessoal que fez muitos políticos fortes sair para CCM e outros

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

partidos políticos da oposição, mas além disso recebeu também alguns políticos fortes e os seus seguidores do CCM principalmente em 2015 devido a saída dos ex-primeiros ministros Edward Lowasa e Fredrick Sumaye e mais tarde o ex-ministro de turismo e recursos naturais o Lazaro Nyalando que ajudaram fortaleceu esse partido.

NCCR-MAGEUZI

Este é um partido de oposição na Tanzânia oficialmente registrado em 29 de julho de 1992, de acordo com a Lei dos Partidos Políticos de 1992. O partido foi fundado como objetivo e propósito deste partido é promover reformas políticas, econômicas e sociais no país e na região (dentro da África), cuja sua ideologia insere-se na humanidade, liderando a nação e a região dentro da África por ideias de desenvolvimento sustentável para restaurar e promover o bem-estar social, justiça e prosperidade humana. Para conseguir tudo isso, o partido baseia-se na humanidade, fraternidade, moralidade, igualdade, justiça, confiança, mudança, liberdade, responsabilidade, trabalho e desenvolvimento⁶.

Em suma, esse partido não sofreu muito com a migração partidária nesse tempo definido, mas beneficiou-se a receber alguns migrantes de CHADEMA e CUF devido às suas ideologias atractivas e a tranquilidade do próprio partido.

ACT-Wazalendo

A Aliança para Mudança e Transparência, também conhecida como (ACT – Wazalendo), é o terceiro maior partido político da Tanzânia atual com muita influência no País. Foi fundado em 2014, resultante de dois grupos, a saber: O Primeiro Grupo de Fundadores do Partido veio do CHADEMA. Esses, em sua maioria, eram pessoas que apoiaram o Zitto Kabwe em sua luta dentro da CHADEMA. O Segundo é dos ex-líderes do ADC, muitos dos quais têm suas origens na formação de ex-torcedores do Hamad Rashid dentro da CUF. As duas correntes se juntaram e formaram o partido ACT Tanzânia, que mais tarde foi renomeado ACT Wazalendo. O partido recebeu um segundo impulso em março de 2019, quando Maalim Seif

⁶<https://www.nccrmageuzi.or.tz>

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Sharif Hamad que era o Secretario Geral do partido Civic United Front(CUF) e juntou-se à nesse partido devido ao conflito interpartidário que culminou com uma decisão judicial contra o controlo de seu partido anterior.

O nascimento de ACT-Wazalendo (patriotas) é o produto de uma luta tridimensional;

1. A luta pela democracia
2. A luta pela transparência e responsabilidade
3. Luta ideológica

O partido apresentou seu primeiro candidato presidencial nas eleições gerais de 2015 com Anna Mghwira e ganhou uma cadeira na assembleia nacional⁷.

⁷<https://medium.com/@adoshaibu/historia-ya-act-wazalendo-katika-muktadha-wa-mapambano-ya-demokrasia-uwazi-na-uwajibikaji-dd7830641a06>.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzânia (2015-2020)

4.3. Análise da migração partidária e seus efeitos na Tanzânia

Nesta secção, buscamos apresentar as migrações ocorridas no tempo espacial que delimitamos para o nosso estudo (2015-2020), durante os dois pleitos eleitorais. As motivações migratórias dos políticos resumem-se nos conflitos intrapartidários (falta de democracia intrapartidária), busca por melhores oportunidades, como progressão da carreira e vazio legal.

Um dos motivos de migração partidária em Tanzânia tem a ver com a liderança partidária, ou seja, falta de concordância entre os migrantes e os líderes dos partidos, este foi o caso de Augustine Mrema que migrou do Partido NCCR-Magezi para o partido TLP (do qual nas eleições de 2000 conseguiu cerca de 7.80% de votos e de 2005, apenas 0.75%) devido às discórdias com a liderança partidária.

O segundo exemplo é do CHADEMA e da oposição, com a saída do Secretário-geral Willibroad Slaa numa tentativa de atrair o antigo membro de CCM Lowasa como candidato presidencial da oposição, daí que Slaa deu uma conferência de imprensa afirmando que não apoiava Edward Lowasa por ser corrupto e inconfiável. E Slaa explicou a sua saída, referindo que o que acontece no CHADEMA é que quando ele não concordasse com os passos que eles tomassem era calado, por isso que ele saiu do partido e desistiu da política. (KATUNDU, 2018:81)

O movimento recente dos legisladores da oposição para ingressar no CCM é uma questão que chocou muitos tanzanianos, pois no passado, a saída do político de seu partido era um assunto sério, mas agora os media estão inundados com relatos de políticos que deixam seus partidos regularmente.

Por mais de uma semana consecutiva, políticos, incluindo deputados e vereadores da CUF e Chadema, anunciaram sua renúncia de seus partidos, incluindo cargos de liderança. O vice-presidente do município de Ilala e o vereador de Vingunguti Omari Kumbi lamoto renunciaram aos cargos de vereador e vice-presidente, mas também renunciaram à condição de membro da CUF. O deputado constituinte de Monduli do Partido para a Democracia e o Desenvolvimento (CHADEMA), Julius Kalanga Laizer renunciou e juntou-se ao CCM pelo que descreveu como apoio aos esforços do Presidente Magufuli. Antes de Kalanga renunciar como político da oposição, Mwita Waitara anunciou sua renúncia do principal partido da oposição Chadema e ingressou no partido no poder, CCM. Waitara, um ex-membro do parlamento da circunscrição de Ukonga em Dar es Salaam, acusou Chadema de ser

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

*antidemocrático e estar em desacordo com o presidente do CHADEMA, Freeman Mbowe*⁸.

Este movimento todo de políticos da oposição migrando para o partido no poder constitui risco de colapso da oposição na Tanzânia, segundo apontam os analistas políticos Tanzanianos. Os argumentos desses políticos são a falta de democracia para disputar cargos de liderança, especialmente a presidência, nessa categoria incluem-se Julius Mtiro, Presidente do Partido Popular da CUF Maalim Seif Sharif Hamad. Dois dias depois, o deputado Zuberi Kuchauka Liwale, Lindi pela chapa CUF, Maulid Mtulia de Kinondoni e Godwin Ole Mollele de Siha. Essas migrações, segundo os analistas, levantam uma série de factores, tais como:

- A actuação do governo do presidente John Pombe Magufuli no combate à corrupção, esforços de arrecadação de impostos e esforços de desenvolvimento têm contribuído para a saída de alguns opositores e retorno ao partido no poder;
- A fome desses políticos, especialmente a iniciativa do presidente Magufuli de nomear alguns oponentes para ocupar vários cargos, como embaixadas no exterior, como o Dr. Wilbrod Slaa, que era o secretário-geral do Chadema e atualmente é o embaixador da Tanzânia na Suécia;
- A ditadura de alguns líderes da oposição que fizeram dos partidos sua propriedade: as acusações foram dirigidas a Freeman Mbowe, presidente do Partido para a Democracia e Desenvolvimento (Chadema). Alguns especialistas afirmam que o conflito no seio da União dos Cidadãos (CUF) onde existem atualmente dois campos, o de Maalim Seif Sharif Hamad e o do prof. Ibrahim Haruna Lipumba, reconhecido pelo cartório de partidos, também contribuiu para a formação de quadros partidários.

Existem estratégias que normalmente o executivo adopta para atrair políticos ao seu partido, como por exemplo, os ex-membros de Kigoma South, David Kafulila (Secretário Administrativo Regional de Songwe), Patrobas Katambi (Comissário Distrital de Dodoma) e Moses Machali (Comissário Distrital de Nanyumbu, Mtwara). Junto com alguns de seus antecessores para obter nomeações, como Anna Mghwira (Comissária Regional do Kilimanjaro) e Prof. Kitila Mkumbo (Secretária Geral do Ministério da Água). O motivo

⁸[https://parstoday.com/sw/news/africa/47451/wimbi_la_wapinzani_kuhamia_ccm_hatari_ya_kusambaratika_upinzani_nchini_tanzania,](https://parstoday.com/sw/news/africa/47451/wimbi_la_wapinzani_kuhamia_ccm_hatari_ya_kusambaratika_upinzani_nchini_tanzania)

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

desse políticos de serem atraídos pelas propostas do presidente são de interesse pessoal, pois eles alegam que são excluídos ou oprimidos, o que quer dizer que, há conflitos internos nos seus respectivos partidos. Não obstante, há políticos que saíram do CCM para oposição por uma questão de oportunidades, em busca de interesses⁹.

Todavia, as nomeações dos políticos da oposição feitas por Presidente Magufuli que eram contrários da sua declaração anterior de não nomear os opositores pode ser de intenção de construir e contribuir para desenvolvimento do país sem basear no caráter partidário e étnico dos nomeados, mas vai cingir na capacidade e integridade dos nomeados como ele disse em 2018;

*Disseram-me que escolhi a oposição, para Tanzânia que estamos construindo de Unidade, se começarmos a olhar partidos e etnia, não alcançaremos, nomeamos os líderes por seu desempenho.*¹⁰

Uma das recentes migrações partidárias foi do ex-ministro da Tanzânia, Frederick Sumaye, que renunciou a CCM para CHADEMA, que segundo ele, não há democracia, em 4 de Dezembro de 2019. O político acusou o partido de minar a democracia e humilha-lo no processo eleitoral local, o mesmo refere que não teve nenhum suborno para de entrar no CHADEMA,

*Eu sei que em meu erro eles dirão que recebi dinheiro. Mas se eu me juntei a Chadema por dinheiro e saí, também recebi dinheiro. Mas se eu me juntei à vontade, então hoje vou sair voluntariamente. Nunca fui cúmplice de qualquer pessoa, grupo ou membro do partido e não serei assim um dia*¹¹.

Não só existe o problema de falta de democracia nos partidos da oposição, mas também no partido do CCM que esta no poder, principalmente no que concerne ao diálogo ou emissão de opiniões contrárias sobre assuntos governamentais, assim eles sugerem a necessidade de haver sistemas fortes na base de proposta de uma nova revisão constitucional pontual, suspensa quando entrou o quinto governo do Presidente Magufuli em 2015, assim, os migrantes reiteram que preferem lutar fora do sistema como disse o ex-deputado Lazaro

⁹<https://www.bbc.com/swahili/habari-45404856>

¹⁰<https://bongo5.com/rais-magufuli-maendeleo-hayana-chama-tukianza-kwenda-kwa-vyama-na-makabila-hatutafika-08-2018/>, acesso aos 2 de Abril de 2021.

¹¹<https://www.bbc.com/swahili/habari-50862998>

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Nyalando que era o ministro de turismo e recursos naturais que saiu de CCM para CHADEMA,

Sai de CCM para CHADEMA para que eu pudesse lutar e defender os direitos dos Tanzanianos fora do sistema atual através de defender o processo de uma nova constituição que foi introduzida no segundo mandato do quarto governo do ex-presidente Jakaya Kikwete, não só isso, mas também a Tanzânia precisa de um desenvolvimento sustentável no sentido de que cresça e amadureça democraticamente onde vai permitir o dialogo mais amplo e os que estão no partido do poder não hesitarão ou verão os males de receber desafios ideológicos e políticos de seus oponentes. Essa situação não pode existir sem sistemas fortes, e um dos sistemas fortes que estou a falar é uma nova constituição que protegerá os princípios e valores fundamentais da governação, o seja o judiciário e seus poderes suficientes, o legislativo e seus poderes suficientes e o executivo e seus poderes suficientes. Cada um desses três devem ser independente para trabalhar dentro de seus próprios limites sem interferir com os poderes constitucionais do outro eixo. Essas ideias e paixões, não só único que tenho, mas também há outros dentro do CCM estão desesperados para que essas coisas sejam feitas porque agora parece que surgiu um novo CCM que abandonou os fundamentos estabelecidos pelo Pai da nação Mwl. Julius Kambarage Nyerere, a nação esta envolta em grande escuridão na política do Pais, nunca aconteceu que o estado tirou os poderes do judiciário e os poderes do parlamento¹².

Essas ideias levantadas por Nyalando foram apoiadas pelo ex-deputado do CCM que era o ministro de negócios estrangeiros antes da sua saída do CCM para o partido de ACT-Wazalendo, a sua reação sobre a saída e as ideias levantadas por Nyalando, nos leva a acreditar que há problema de democracia dentro do partido de CCM que precisa ser resolvido como ele disse;

Nesse assunto, o Sr. Lazaro Nyalando pode ser ridicularizado e insultado, mas ele nos deixou uma mensagem forte, a sabedoria quer que consideremos seus argumentos e não os ignoraremos. Há violações dos direitos humanos contra a constituição por exemplo, deve haver limites conforme estabelecido na constituição, o judiciário, o parlamento e o governo não devem interferir, mas cada um deve ser independente¹³

Outro político que tinha deixado o CCM para CHADEMA é Edward Lowassa, por ter sido privado pelo partido da candidatura à presidência, acrescentando que a força do partido de oposição CHADEMA continua a crescer e que a oposição venceria as eleições parciais no círculo eleitoral de Monduli¹⁴.

¹²Entrevista do Ex-deputado do CCM Lazaro Nyalando.

¹³Entrevista do ex-deputado e ministro do CCM Bernard Membe.

¹⁴<https://parstoday.com/sw/news/africai47451wimbi-la-wapinzani-kuhamia-ccm-hatari-ya-kusambaratika-upinzani-nchini-tanzania>, acesso aos 2 de Abril de 2021.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

No entanto, das entrevistas que realizamos detectamos que os factores mais citados são os conflitos internos dos partidos/falta de coesão partidária e a busca de oportunidades ou melhores chances de desencadear a carreira política, como destacado em baixo,

A mudança dos deputados do CHADEMA para outro partido origina-se da apropriação indébita de bens do partido por líderes partidários, ao mesmo tempo que os força a usar os seus bens para dirigir o partido. A decisão deles sem oposição é vista como uma traição ao partido. Portanto, essa situação faz com que muitos odeiem o partido e decidam buscar outro lugar que possa ter uma democracia que não oprima o direito de questionar decisões e também lhes permita servir ao povo¹⁵.

Em relação a mesma questão, outro entrevistado reitera os conflitos internos, como mostra a citação abaixo:

Saí devido ao conflito partidário interno entre Presidente LIPUMBA e secretário geral MAALIM SEIF SHARIF, onde lipumba era apoiado pelo governo enquanto Seif não tinha apoio do governo, então eu sabia que Seif não iria ganhar, então desde o início fiquei fascinado pela democracia dentro do partido ACT –Wazalendo também são um líder deste partido que é organizado, justo, honesto e também um homem que luta pelo que nos propusemos¹⁶.

Outra entrevista que foi feita com deputado de Nzega Rural, Hussein Bashe que foi um dos deputados do CCM que foi visto como um espinho devido as divergência sobre alguns assuntos dentro do seu partido e do governo em geral, antes de ser nomeado Vice – Ministro da Agricultura, esteve na linha da frente do parlamento em protesto, atuação do governo sob seu partido CCM, devido as suas criticas ao governo, uma vez disse que no parlamento estava a receber informações de alguns ministros para tomar cuidado porque ele estava entre 11 pessoas que foram colocadas na lista se sentarem mal, podem perder suas vidas e disse que o CCM deve acabar com a hipocrisia porque é assediado e espancado pela agente secreto devido ao seu estado de critica ao governo, então ele chegou a dizer que se o governo sob o CCM não quer ser criticado, e melhor se livrar da legislatura do CCM não se importa porque foi preso e abusado pelos agente secretos, ele suportou coisas neste Pais.¹⁷

¹⁵Entrevista ao deputado Lijuakali do CHADEMA.

¹⁶Entrevista a Selema Said Bungara de CUF para ACT-Wazalendo.

¹⁷Entrevista com deputado Hussein Bashe.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

No entanto, alguns são motivados por questões de interesse nacional, como a contribuição para o desenvolvimento do país, por isso que acreditam que entrando no CCM conseguirão, de facto, realizar esse objectivo, como afirma o entrevistado,

Peço ao presidente JPM para me dar a oportunidade de ingressar no CCM para que eu possa contribuir para o desenvolvimento do meu país, porque vejo que o CCM está pronto para desenvolver os tanzanianos, porque de onde eu vim não vejo a prontidão e planos sólidos para desenvolver os tanzanianos, mas os líderes pensam apenas em seus próprios interesses. Eles podem liderar e trazer desenvolvimento em nosso país, se você olhar as proporções do que está sendo dito dentro do CHADEMA e o que está sendo feito dentro do CHADEMA, eles são completamente incompatíveis. Portanto, não há equilíbrio entre ideologia e acções. Debates regulares dentro e fora do partido sem ouvir eu vi isso vai nos atrasar de alcançar o progresso de que estamos falando, olhei para o lado do CCM e vi que havia uma situação de escuta e também havia uma situação para eles pegarem algumas coisas ditas pelos partidos da oposição que não são postas em prática e põem-nas em prática. Achei melhor juntar-me para ver se posso aumentar a minha contribuição para estimular o desenvolvimento porque ainda sou jovem posso ser criado por este partido e trazer desenvolvimento¹⁸.

Outrossim, a tese de busca por mudanças para o país e crença na governação do Presidente John Magufuli constituem alguns dos pontos comuns entre alguns deputados por nós entrevistados, como o seguinte:

Decidi ingressar no CCM porque estávamos procurando mudanças em nosso país, mas descobri que essas mudanças de que precisamos agora estão disponíveis por meio de nosso presidente JPM. Agora não vejo razão para continuarmos na oposição. Estou comovido com o progresso que você está fazendo em várias partes do país, mesmo na minha área, porque temos lutado há muito tempo para garantir que tenhamos desenvolvimento como saúde, educação, estradas e muito mais, mas não poderíamos conseguir isso dentro do meu antigo partido. Agora a sua vinda e as suas decisões de levar desenvolvimento às pessoas independentemente do partido tornaram-se um problema para muitos de nós, quando mostramos nossa gratidão pelo que você fez por nós, começamos a parecer traidores dentro do partido e a desconfiar porque eles querem tudo a que nos opomos, para continuar a apoiar os esforços do JPM pacificamente e continuar a servir a nação. Recusei-me a opor-se a tudo e continuarei a apoiar os esforços que tragam desenvolvimento ao país, pois o

¹⁸ Entrevista ao ex-secretário-geral do CHADEMA Mashinji.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

presidente tem a ideologia de que o desenvolvimento não tem partido, grandes projetos foram feitos em Arusha, não vejo necessidade de continuar a se opor¹⁹.

Outro motivo para migrar de um partido para outro deve-se porque não se admitir críticas ao partido no poder em busca de mudanças substanciais no partido, como refere o nosso entrevistado que saiu do CCM para ACT,

As razões para aderir a este partido, decidi juntar-me a uma grande família que clama por Democracia, que busca mudanças para as pessoas, como fazendeiros, funcionários públicos, empresários, me juntei a este partido para trabalhar com os líderes deste partido para aumentar a força e levar desenvolvimento ao povo e seu lema na questão da solidariedade, igualdade, respeito mútuo e justiça, bem como seu objetivo de construir a Tanzânia e o Zanzibar com uma economia inclusiva, essas são apenas algumas das coisas que me atraíram a ingressar neste partido. Fui expulso pelo partido revolucionário por minha postura de criticar o governo, bem como por mostrar interesse em concorrer ao um cargo na presidência em 2020. Então entrei neste partido porque é um partido sério que quer mudanças, é também um partido que luta pelos direitos do povo, todos os problemas que surgem neste país, este partido nunca se calou por exemplo o desaparecimento de cidadãos, jornalistas, eleições em Zanzibar em 2015, opressão Com o advento dos processos civis, a parte também vem cooperando bem com muitos partidos da oposição especialmente em tempos de crise, julgamento, prisão, então eu estava muito interessado neste partido porque ele defende os direitos dos oprimidos e oprimidos. Eu entrei para a ACT como membro da ACT e farei meu trabalho como membro da ACT²⁰.

Como se pode observar na exposição acima, as motivações para a migração partidária são várias e os actores envolvidos combinam interesses pessoais com os interesses dos partidos políticos no âmbito da realização da actividade política para determinar a sua aderência a determinado partido político.

Outra razão é a existência de vazios legais que permite um deputado deixar o seu cargo e partido para se juntar com outro partido e volta a concorrer ao mesmo cargo que deixou no seu partido anterior e no mesmo mandato, essa situação motivava muitos políticos principalmente os deputados da oposição que iam se juntar com o partido do CCM sabendo

¹⁹Entrevista de katani ahmed katani deputado da CUF

²⁰Entrevista ao Bernard Membe de CCM para ACT.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

que ia ter chance de concorrer ao mesmo cargo e ganhar aproveitando os recursos disponíveis do partido de CCM acumulado no tempo de partido único. Temos como exemplos os que aproveitaram com esse vazio legal são Mwitwa Waitara, Genkul Pauline Philipo, Godwin Aloyce Mollel, Abdallah Mtulia de migraram de CHEDEMA para CCM e ganharam nas eleições no CCM quando concorreram. Para impedir a migração dos políticos causada pelo vazio legal, tem que existir uma lei na Constituição que defende que qualquer deputado que abandona o seu partido e cargo ao mesmo mandato, não pode ser permitido de concorrer de novo antes de acabar o mesmo mandato, isso vai ajudar de jeito que os deputados vão ter medo de perder os seus cargos e outras regalias, então pode lhes fazer continuar a ficar no partido onde foi eleito.

De qualquer forma e sob qualquer motivação, facto é que a migração partidária traz efeitos no sistema políticos e é sobre esse aspecto que nos propomos a analisar na secção seguinte.

4.3.1. Efeitos da migração partidária no contexto tanzaniano

No contexto democrático, a migração partidária apresenta seus efeitos sobre o sistema partidário e comportamento dos eleitores. Para SNAGOVSKY (2015; p.5), a democracia representativa baseia-se na ideia de que nem todas as decisões políticas podem ser tomadas por um referendo. Assim, cidadãos informados selecionam representantes que eles confiam para tomar decisões em seu lugar. Os partidos são variáveis intervenientes cruciais, e são usados para delinear este processo de escolher representantes e legislar.

Neste processo, os mandados constituem os contratos morais entre os eleitores e os representantes, baseados nos princípios, valores e opiniões defendidos nos seus manifestos eleitorais. No entanto, a migração partidária depois das eleições levanta questionamentos e críticas relacionadas ao oportunismo político, potenciais ameaças à confiança pública nas classes políticas e disciplina interna dos partidos políticos. (SEMENOVA, 2015; p.273). Para secundar essa assertiva, MACIEL (2004; pág. 14-15) enfatiza dois efeitos da migração partidária: por um lado, para os eleitores, reforça uma situação de falta de identidade partidária, percebida principalmente nas eleições, pois não existe identificação do candidato com partidos e programas e o eleitor acaba votando no indivíduo de sua preferência; e por outro reforça a falta de participação política, justificada pelo eleitor pela ausência de

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

responsabilidade do representante perante o voto que o elegeu e responsável pelos baixos índices de confiança da população quanto ao desempenho dos parlamentares.

De acordo com NICOLAU (1996) citado por SCHMIT (1999: pag.131) a migração partidária contribui para o aumento da fragmentação partidária na Assembleia Nacional. No caso de Tanzânia, podemos destacar o partido NCCR que foi uma oposição forte nas eleições gerais de 1995, o qual fragmentou-se, com a migração de Mrema para o TLP, formando dois grupos e conseguiu apenas um assento nas eleições de 2000, o outro partido que se fragmentou depois das eleições de 1995 foi a UMD resultante do oportunismo dos líderes que desintegraram o partido antes das eleições gerais de 2000. (EISA, 2004; p. 87). Neste caso aconteceu que, Mrema ao migrar para o Partido dos Trabalhadores de Tanzânia, levou consigo seus simpatizantes, ou seja, seus eleitores foram com ele, pois estes identificavam-se mais com o indivíduo, não exclusivamente com o partido ou ideologia partidária. Neste sentido, parafraseando DESPOSATO (2006; p.2), a migração partidária viola o pacto eleitoral básico e torna as legendas partidárias insignificantes.

No período da governação de Magufuli, verificou-se a presença de um sistema partidário dominante, com as restrições e prisões que o finado presidente impunha aos seus oponentes, e como forma de atrair mais membros ao CCM, prometia melhores oportunidades de progressão de carreira, o que surtiu num grande movimento de migração dos políticos da oposição para o partido incumbente (CCM), como por exemplo, o vice-presidente do município de Ilala e o vereador de Vingunguti Omari Kumbi lamoto renunciaram seus cargos e migraram da Frente Unida (CUF) para o partido incumbente; não só, outro exemplo é Julius Kalanga Laizer, Mwita Waitara que migraram do partido CHADEMA para CCM alegando falta de democracia intrapartidária. Deste modo, nas palavras de FEL (2014; p.33), a migração partidária durante este período impulsionou os resultados eleitorais do partido incumbente, mantendo o poder hegemónico e predominante. Não só, a migração partidária, neste sentido, desafiou os conceitos básicos da representação, uma vez que, os deputados que mudaram suas posições políticas para acomodarem o seu novo partido (CCM), violaram a redução do custo da informação eleitoral, conforme ressalva DESPOSATO (2005; p.1).

Portanto, a migração partidária não pode ser vista como uma coisa má porque a democracia é que dá a liberdade para cada um de escolher onde pode se associar e dar opinião sobre um determinado assunto principalmente um assunto político, social e económico dentro dos

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

limites do seu País. Isso vai ser apoiado por constituição do país assim também dos próprios partidos políticos.

Segundo Zito Kabwe, o deputado e líder do partido de ACT-Wazalendo apresenta o seu ponto de vista sobre esse assunto que a constituição da Republica Unida da Tanzânia deve ser respeitada porque dá liberdade aos tanzanianos de aderirem a qualquer partido que considerarem adequado, por isso não odiaria que ninguém visse alguém passar de um partido para outro, mas o problema surge quando ele fala mal apos a mudança e especialmente para os políticos como conselheiros, deputados e os maiores lideres partidários passando de partidos de oposição para o partido no poder, este ato desencoraja as pessoas de acreditar que decidimos trazer mudanças para o povo, por isso fica difícil para as pessoas confiarem em nos, então nos como políticos temos que trabalhar muito para construir a confiança do publico em nos.

Há outros estão cansado do processo de defesa da democracia no pais devido as detenções principalmente de dirigentes de partidos da oposição, por exemplo no Chadema 16 deputados e 2 dirigentes não parlamentares têm processos em tribunal que são casos de incitamento, isso tudo tem os seus custos e com esse quinto governo nos leva de volta ao período de 1991 na luta para ter um sistema multipartidário onde há outros foram feridos, mortos, expulsos, presos e alguns deixaram a luta e se juntaram ao partido no poder daquele período. Portanto, agora temos duas responsabilidades, primeiro lutar por alcançar o poder e outro para que a democracia não caia e o país não volte ao sistema monopartidário. Então, a migração partidária para as democracias estabelecidas, não é problema quando um político não se sinta a vontade de ficar dum partido, mas para as democracias não estabelecidas pode ser um problema por causa das fragilidades das instituições responsáveis.

Falando sobre os efeitos que podem serem resultados de migração partidária em Tanzânia, podemos dividi-los em dois aspectos, a saber, aspecto positivo e negativos dependendo do capital político que o migrante(s) tem. Quando falamos sobre os aspectos negativos, são aqueles que podem fragilizar o sistema partidário e a competitividade política, por um lado coloca em causa a capacidade de contrabalançar as decisões, tratando-se do legislativo, consequentemente pode enfraquecer o debate democrático porque haverá um partido com maior número dos participantes principalmente o partido que esta no poder a relação dos partidos da oposição e essa situação pode levar o regime entrar em colapso.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Sobre o ponto de vista de voto/comportamento eleitoral, a migração partidária pode alterar as estruturas de voto. Por exemplo, segundo o resultado de eleições gerais de 2015 publicado com comissão eleitoral (NEC) mostrar que o numero registrado dos eleitores eram 23,161,440 enquanto os que votaram eram 15,589,639, mas nas eleições gerais de 2020, o numero registrado dos eleitores eram 29,754,699 e enquanto os que votaram eram 15,091,950. Com esses resultados de duas eleições mostram que houve alteração de estruturas de voto onde o numero dos eleitores de 2020 baixou a relação as eleições de 2015 que pode ser explicado também como um dos efeitos de migração partidária como o povo afirma que os políticos ou representantes não valorizam o voto dos cidadãos, mas que eles sempre olham os seus interesses, com isso faz com que os eleitores desistam do campo politico. Essas situações de migração partidária fornecem também elementos para verificar a força do partido e/ou do candidato. Facto e que a migração de um actor pode conduzir a uma igual migração do eleitorado para outro partido se calhar pela proximidade e/ou admiração ao actor que migrou. Por exemplo, a saída do Edward Ngoyai Lowasa de CCM para CHADEMA que é ex-primeiro ministro antes das eleições gerais de 2015 abalou e enfraqueceu um pouco o CCM nas eleições devido a multidão dos políticos influenciadores incluído o ex-primeiro ministro Fredrick Sumaye e outros seguidores que saíram com ele do CCM para CHADEMA, a entrada dessa multidão fortaleceu muito o partido de CHADEMA, mas não só o papel que esses políticos influenciadores desempenharam nas campanhas mas também os eleitores que seguiram esses lideres também voltaram no CHADEMA e o seu efeito ajudou para o partido de CHADEMA ganhar muitos assentos na assembleia em relação aos anos eleitorais anteriores.

Outro exemplo, é sobre a saída de Anna Mghwira que era o presidente do partido de ACT-Wazalendo e também foi um dos candidatos da posição presidencial nas eleições gerais 2015 e o Prof. Kitila Mkumbo que era o conselheiro do partido que foram se juntar com CCM depois das eleições gerais de 2015 e foram nomeados em diferentes posições no governo onde Anna mughwira foi nomeada como Comissária Regional do Kilimanjaro e Prof. Kitila Mkumbo como Secretária Geral do Ministério da Água. A saída deles enfraqueceu muito o partido de ACT-Wazalendo porque nesse momento o partido estava na formação porque tinha um ano da sua fundação, onde neste tempo o partido precisava muito figuras fortes para fortalecer o partido e ganhar mais confiança dentro do país, mas a saída deles colocou o partido no tempo difícil para procurar outro presidente do partido assim também o conselheiro.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

Outro exemplo, o conflito interno do partido de CUF que fez com que um grupo grande dos líderes e seguidores liderado por secretário geral do partido Malim Hamad Seif principalmente os que são de Zanzibar, saísse em 2020 do CUF para ACT-Wazalendo onde deixaram o partido de CUF muito fraco por perder muitos líderes influenciadores e seguidores enquanto por outro lado esse grupo fortaleceu o partido de ACT-Wazalendo porque a maioria deles ocuparam posições muito importantes tal como presidente do partido (Malim Hamad Seif), a presença desse grupo dentro do ACT-Wazalendo fez com que o partido se torne o terceiro partido mais forte em Tanzânia a partir do ano 2020 com os princípios democráticos fortes como a escolha dos líderes em diferentes cargos dentro do partido é feita publicamente onde cada candidato é dado espaço para defender as suas ideologias e os membros votam na base de capacidade pessoal de se defender e defender os objetivos do partido sem basear no historial do candidato dentro do partido.

Entretanto, de acordo com NICOLAU (2017; pág. 83), existem algumas soluções com vista a desencorajar os efeitos negativos da migração partidária, uma delas, aplicada no Brasil, é a cláusula de fidelidade partidária que o tribunal eleitoral brasileiro estabeleceu, no sentido de que os partidos têm a possibilidade de reivindicar o mandato do deputado que os abandona. Não obstante, essa regra teve seu efeito durante poucos anos, porque 5 anos depois houve um aumento de casos de migração partidária, dado que os deputados encontraram uma outra forma de escapar da sanção judicial, criando novos partidos, que é uma das condições definidas nas quais o deputado poderia trocar de partido²¹.

Portanto, a migração partidária que teve lugar em Tanzânia nesse tempo de 2015 a 2020 podemos confirmar que foi uma migração negativa no campo democrático porque, a saída dos alguns políticos fortes da oposição para o partido de CCM que esta no poder, que sempre passaram a vida política deles por defender a Democracia como Julius Mtatiro, Anna Mghwira, Mwita Waitara, David Kafulila, Patrobas Katambi, Moses Machali, Prof. Kitila Mkumbo e Dr. Wilboard Slaa enfraqueceu o debate democrático do país de jeito que baixou a capacidade de contrabalançar as decisões política no país embora a migração de alguns políticos do CCM para oposição como ex-ministros Lazaro Nyalando e Bernard Membe que tentam defender a democracia mas ainda não fizeram efeitos notáveis principalmente nesse tempo de reivindicação de revisão constitucional onde há grande resistência da parte do

²¹ As condições definidas pelo tribunal eleitoral brasileiro, sob as quais, o deputado poderia trocar de partido são 4, a saber: quando o seu partido for incorporado ou fundido a outro; quando surgir um novo partido; quando houver mudança substancial ou desvio reiterado do seu programa partidário; e quando houver grave discriminação pessoal. (NICOLAU, 2017; p. 83).

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

partido de CCM que defende que é bom focar na mudança económica por enquanto do que na revisão constitucional porque o povo quer desenvolvimento económico. Mas além disso, contribuiu também para alteração de estrutura de voto onde o número dos eleitores baixou nas eleições gerais de 2020 devido a abstenção dos eleitores das actividades políticas.

Para diminuir se não acabar com essa situação, há necessidades de alterar a Constituição nessas áreas de forma, primeiro, a que um vereador ou deputado que abandone o seu partido e vá para outro partido não possa candidatar-se ao parlamento no respectivo círculo eleitoral até ao final do mandato de cinco anos. Por exemplo, deputados que foram eleitos em 2015 cujo mandato expira em 2020. Portanto, se um membro do parlamento renunciar à oposição ou ao partido no poder neste momento, não será autorizado a concorrer nas eleições parciais até que o seu mandato expire em 2020, onde pode concorrer novamente. Segundo, a que um vereador ou deputado que abandone o seu partido e vá para outro partido não possa candidatar-se ao parlamento no respectivo círculo eleitoral até ao final do mandato de cinco anos nem não se pode realizar eleições parciais para não gastar mais dinheiro, mas só o segundo candidato por ter muitos votos nas eleições anteriores pode ocupar o cargo abandonado.

5. Conclusão

Neste trabalho analisamos sobre as migrações partidárias dos políticos e seus efeitos no sistema político em Tanzânia entre 2015 e 2020 onde os resultados do trabalho mostram que essa situação é causada pelos muitos factores tais como vazios legais que permitem o deputado abandonar o seu cargo num partido e entrar noutra partido ainda continua a ter direito de concorrer no mesmo cargo que abandonou no seu ex-partido, conflitos intrapartidários que se resumem na falta de democracia intrapartidária, por exemplo, para disputar cargos de liderança especialmente a presidência como foi visto no partido de Chadema assim como no partido de CCM, a ditadura de alguns líderes da oposição que fizeram dos partidos sua propriedade como as acusações dirigidas a Freeman Mbowe que é o presidente do Partido para a Democracia e Desenvolvimento (Chadema) assim como a falta do diálogo ou emissão de opiniões contrárias sobre assuntos governamentais ou ideias dos líderes dos partidos.

De qualquer forma, a migração partidária trouxe efeitos no sistema político Tanzaniano no contexto democrático assim também no comportamento eleitoral. O sistema político e a competitividade política em Tanzânia foram fragilizados pela migração partidária onde colocou em causa a capacidade de contrabalançar as decisões, tratando-se do legislativo onde o partido de CCM que está no poder tem maior número de deputados em relação dos restantes partidos, consequentemente enfraquece o debate democrático e pode levar o regime entrar em colapso. Sobre o comportamento eleitoral, vimos que a migração partidária alterou as estruturas de voto de forma que forneceu elementos para verificar a força do partido e do candidato porque a migração de um actor conduziu a uma igual migração dos eleitorados e outros políticos mais fortes para outro partido se calhar pela proximidade e/ou admiração ao actor que migrou. Vimos que a saída do Edward Ngoyai Lowasa, Fredrick Sumaye e seus seguidores de CCM para CHADEMA, por um lado, abalou e enfraqueceu um pouco o CCM nas eleições de 2015 e, por outro, esse grupo fortaleceu muito o partido de CHADEMA e isso se refletiu no número de assentos ganhos na assembleia, por sinal maioríssimo em relação aos anteriores anos eleitorais. Assim também a saída dos políticos como Maalim Hamad Seif, Ana mghwira, Kitila Mkumbo, Dr. Slaa e os outros deixaram os seus partidos antigos mais fracos quando fortaleceram os partidos onde entraram devido ao seu capital político.

Portanto, esta questão de migração partidária é uma prática que vem ganhando espaço na arena política tanzaniana, de tal modo que questões de vazios legais, interesse pessoal aliadas

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

aos conflitos e falta de democracia intrapartidária continuarão a influenciar a migração partidária, seja do CCM para a oposição ou da oposição ao CCM.

6. Referências Bibliográficas

ACCIOLY, Janine Adeodato. A perda de mandato eletivo por infidelidade partidária. Fortaleza. 2009.

AMUNDSEN, Inge. Support for parliaments: Tanzania and Beyond. Dar es Salaam:CMI. 2010.

BAKARI, Mohammed Ali. Single Party to Multipartyism in Tanzania: Reality, Challenges and Lessons. In: Political Succession in East Africa: in search for a limited leadership, by Chris Maina Peter and Fritz Kopsieker. Friedrich Ebert Stiftung. 2006.

BINS, Maria Paulo Escobar. Migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil: 199 a 2015. Lisboa: ISCSP. 2017.

BOWLER, Shaun; FARREL, David; KATZ, Richard. Party Discipline and Parliamentary Government. Ohio State University Press. 1999.

DESPOSATO, Scott. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. 2006.

_____. Impact of party-switching on Legislative behavior in Brazil-Arizona. 2005.

EISA. Dilemmas of political transition: towards institutionalization of multiparty democracy in Tanzania. 2004.

ELISCHER, Sebastian. Do African parties contribute to democracy? Some findings from Kenya, Ghana and Nigeria. 2008.

EWALD, Jonas. Challenges for the democratization process in Tanzania: moving towards consolidation 50 years after independence?2011.

FAGANELLO, Marco Antonio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). Revista Sociológica e Política. 2017.

FELL, Dafydd. Should I stay or should I go? Patterns of Party Switching in Multiparty Taiwan. 2014.

FREITAS, Andréa Marcondes. Migração partidária na Câmara dos Deputados. São Paulo. 2008.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

_____. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. Vol.55, no.4, Rio de Janeiro: DADOS. 2012.

_____. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projectos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002. _____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6aed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEKE, Martin; HARTMANN, Christof. The regulation of party switching in Africa. 2011.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. 2003.

HELLER, William; MERSHON, Carol. Integrating Theoretical and Empirical Models of Party Switching: Political Parties and Legislative Party Switching. Palgrave Macmillan. 2009.

_____. Introduction: legislative party switching, parties and party systems. New York: Palgrave Macmillan. 2009.

HEYWOOD, Andrew. Politics. 4th Ed. New York; Palgrave Macmillan. 2013.

KARUME, Shumbana et all. Dilemas of political transition: towards institutionalization of multiparty democracy in Tanzania. EISA. 2004.

KATUNDU, Mangasini Atanasi. Why is Tanzanian opposition weak twenty-five years since its re-introduction? African Journal of Political Science and International Relations. 2018.

KOLODZIEJ, Szymon. Party Switching as a media phenomenon in the election campaign. 2015.

LANGER, Danilo Monteiro. O problema da infidelidade partidária e a perda do mandato parlamentar na democracia Brasileira. 2016.

LAVIER, Michael; BENOIT, Kenneth. The evolution of party systems between elections. American Journal of Political Science. 215-233pp. 2003.

LISI, Marco. Democracia intrapartidária, filiados e elites intermédias: o caso do Partido Socialista Português. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2015.

LOTSHWAO, Kebapetse. The lack of internal party democracy in the African National Congress: a threat to the consolidation of democracy in South Africa. 2009. Pp. 901-914.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

MACIEL, Eliane Cruxên Barros. FIDELIDADE PARTIDÁRIA: um panorama institucional. Brasília. 2004.

MAIYO, Josh. Political parties and democratic consolidation in Tanzania: overcoming transition challenges. The Netherlands Institute for Multiparty Democracy. 2008.

_____. Political parties and intra-party democracy in East Africa: from representative to participatory democracy. 2008.

_____. Preaching Water, Drinking Wine? Political Parties and Intra-Party Democracy in East Africa: Considerations for Democratic Consolidation. 2010.

MANNING, Carrie. Assessing African Party Systems after the Third Wave. London, New Dehli: Sage. 2005.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia Científica*. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3aed. São Paulo: Atlas, 2007.

MCMENAMIN, Iain; GWIAZDA, Anna. Three roads to institutionalization: Vote-, office- and policy-seeking explanations of party switching in Poland. 2010.

MELO, Carlos Ranulfo Félix de. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: DADOS. 2000.

_____. Da oposição ao governo: uma análise comparada das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT), na Frente Ampla (FA) e no Partido Socialista do Chile (PSCh).

_____. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG. 2004.

_____. migração partidária, estratégias de sobrevivência e governismo na câmara dos deputados. 2001.

MERSEL, Yigal. The dissolution of political parties: The problem of internal democracy. Vol 4, Oxford University Press. 2006.

MERSHON, Carol. Legislative party switching. 2014.

MERSHON, Carol; SHVETSOVA, Olga. Parliamentary Cycles and Party Switching in Legislatures. *Comparative Political Studies*, 99-127pp. 2008.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

MINAYO, Maria. *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. 21a ed. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 21-22 *apud* MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *op.cit.*, p. 271, nota 67.

NICOLAU, Jairo; Representantes de quem? Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: ZAHAR.2017.

NIKOLENYI, Csaba. *Political institutions and Party Switching in Post-Communist Legislatures*. 2013.

NORMAN, A.S. *The strength of political parties in Tanzania - A focus on local government councilor's by-elections*. 2009.

NYIRABU, Mohabe. *The multiparty reform process in Tanzania: the dominance of the ruling party*. 2002.

OWENS, John E. *explaining party cohesion and discipline in democratic legislatures: purposiveness and contexts*. 2003.

PORTELA, Thiago Barreto. *Fidelidade partidária: uma análise histórico-dogmático perante o ordenamento jurídico brasileiro e jurisprudência do STF*. 2017.

REBELLO, Maurício Michel. *A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza da responsabilidade*. *Revista de Sociologia e Política*. 2014.

REED, Steven; SCHEINER, Ethan. *Electoral incentives and policy preferences: mixed motives behind party defections in Japan*. Cambridge University Press. 2003.

RIBEIRO, Diego Freitas. *Fidelidade partidária: aspecto indispensável ao fortalecimento das instituições políticas brasileiras*. 2008.

ROMA, Celso. *Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar*. Vol. 50, no. 2, Rio de Janeiro: DADOS. 2007.

SCHMITT, Rogério. *Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados*. 1999.

SEMENOVA, Elena. *Parliamentary party switching: a specific feature of post-communist parliamentarism?* 2015.

SEVI, Semra; YOSHINAKA, Antoine; BLAIS, Andre. *Legislative Party Switching and the Changing nature of Canadian Party System, 1867-2015*. *Canadian Journal of Political Science*. 2018.

Reflexões Sobre Migração Partidária Dos Políticos Na Tanzania (2015-2020)

SHABA, Richard. State of Politics in Tanzania. 2007.

SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014.

SNAGOVSKY, Feodor. Party switching in Canadian House of Commons. Ottawa. 2015.

SOARES, Edvaldo. *Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas, 2003, p. 19

The constitution of the United Republic of Tanzania 1977.

TSEKPO, Anthony; HUDSON, Alan. Parliamentary Strengthening and the Paris Principles: Tanzania case study. 2009.

VIRGILIO, Aldo Di; GIANNETTI, Daniela; PINTO, Luca. Patterns of party switching in the Italian Chamber of Deputies 2008-2011. *Rivista Italiana Di Scienza Politica*. 2012.

WEINSTEIN, Laura. The politics of government expenditures in Tanzania: 1999-2007. 2010.